



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 26 – nº 101 – Dezembro 2015

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – [www.csem.org.br](http://www.csem.org.br)

## **Dignidade humana e mulheres migrantes**

<b>PORTUGUÊS.....</b>	<b>3</b>
Mulheres migram tanto quanto os homens, aponta estudo da Western Union.....	3
Filipinas treinam empregadas domésticas para 'exportação'.....	4
Mulher, negra e migrante: conheça a experiência das latino-americanas no Brasil.....	6
O que é a 'injeção anti-México', que imigrantes centro-americanas tomam rumo aos EUA.....	7
Mulheres Invisíveis: Histórias não contadas de imigração.....	8
Imigrantes são monitoradas por tornozeleiras nos EUA.....	13
<b>ENGLISH.....</b>	<b>14</b>
Filipino Families Struggle With Motherhood Exodus.....	14
Who's responsible for violence against migrant women?.....	16
Attacks on foreigners in South Africa expose refugee women to new dangers.....	17
Suffering women migrants return home to more woes.....	19
'I'm so happy': migrant woman free from fear after 461 days in sanctuary.....	19
The multiple tragedies of Syria's displaced women, and why the G20 needs to pay attention.....	22
<b>ESPAÑOL.....</b>	<b>23</b>
Mujeres migrantes que trascienden fronteras.....	23
Las Patronas: hace 20 años mujeres mexicanas ayudan a migrantes indocumentados.....	24
Vía crucis de una inmigrante.....	29
El miedo y la desesperación de las refugiadas sirias por proteger a sus bebés.....	31
Las latinoamericanas que viajan a dar a luz a EE.UU.....	32
El espíritu emprendedor de las migrantes.....	34
<b>ITALIANO.....</b>	<b>35</b>
Essere donne al tempo dell'immigrazione.....	35
Donna e straniera: riflessione sull'immigrazione.....	36
Donne immigrate, le loro storie.....	38
Donne nigeriane, sventato il rischio del rimpatrio e la consegna nelle mani dei trafficanti.....	40
Se non si aiutano le donne che lavorano in agricoltura, non ci sarà sviluppo dei paesi poveri.....	42
L'UNHCR mette in guardia: Sempre più donne in fuga da America Centrale e Messico, nuova crisi di rifugiati all'orizzonte.....	43
Immigrazione in Italia. Il posto delle donne.....	43

## EDITORIAL

A crescente participação das mulheres nos fluxos migratórios vem chamando cada vez mais atenção de diversos segmentos da sociedade. Os dados mais recentes das Nações Unidas (2013) remetem ao fato de que aproximadamente metade da população migrante no mundo seria composta por mulheres e que essa proporção seria ainda mais intensa nos países mais desenvolvidos, passando dos 50%.

O fenômeno da “feminização das migrações”, termo utilizado para designar essa maior visibilidade da participação das mulheres nos fluxos migratórios, evidencia formas, desdobramentos e uma diversidade de condições e circunstâncias a que enfrentam as mulheres em deslocamento. Ainda que o ato de migrar traduza uma atitude de resiliência, ou seja, um ato de protagonismo e agência onde a migração consiste em uma estratégia de busca por melhores condições de vida para si e para suas famílias, é preciso notar a outra face da moeda: a da vulnerabilidade e a da maior exposição a condições de exploração.

Primeiramente, considerando o aspecto laboral e das políticas migratórias, percebe-se, atualmente, uma nova caracterização da participação das mulheres nos fluxos migratórios a partir do viés do mercado de trabalho e da circulação de mão-de-obra a nível global. Ainda que a elas sejam atribuídas ocupações já tradicionalmente atribuídas às mulheres – tais como o serviço doméstico, o cuidado de idosos ou de crianças ou o mercado sexual, tais atividades remuneradas as permitem contribuir ativamente nos rendimentos familiares no local de origem, a partir do envio de remessas. É interessante observar, como se destaca em artigos desta Resenha, que é crescente a participação das mulheres no envio das remessas e que a própria migração feminina, como na tradicional exportação de trabalhadoras domésticas filipinas para países como os Emirados Árabes, alimenta um fluxo de remessas com considerável impacto nas finanças das famílias e, de forma mais ampla, dos países.

Entretanto, conforme abordado no artigo *Mujeres migrantes que trascienden fronteras*, a necessidade material de se conseguir um trabalho para ajudar à família no local de origem também pode se caracterizar como um elemento de vulnerabilidade e as tornar mais suscetíveis às redes de exploração e de tráfico de pessoas. Além disso, é preciso considerar que muitas dessas mulheres exercem o serviço doméstico de maneira informal, o que não só dificulta mensurar a inserção dessas migrantes no mercado de trabalho dos países de destino, como apresenta uma série de implicações no sentido da garantia e da proteção de seus direitos. O fato de ser migrante em situação, muitas vezes, irregular, a falta de domínio da língua e o fato de exercer uma atividade laboral a nível doméstico e com pouca regulamentação as torna vulneráveis em diferentes níveis.

No que se refere à esfera familiar, fica bastante claro no caso das mulheres migrantes que não se trata de uma migração individual, mas sim um projeto elaborado coletivamente, no qual os membros da família exercem diferentes papéis. A exemplo das migrantes filipinas, notamos um comportamento comum à realidade das mulheres migrantes em geral, onde é necessária uma reorganização do grupo social para cuidar dos filhos deixados no país de origem, configurando, assim, uma rede internacional de cuidados na qual as migrantes cuidam das casas e dos filhos de outras mulheres no exterior, enquanto deixam seus filhos aos cuidados de outras mulheres (membros da família ou não) no local de origem.

Por fim, todos esses elementos nos ajudam a pensar a partir do viés da dignidade humana. Tendo em vista que o migrar, o retornar ou a própria experiência da migração é diferenciada para as mulheres se comparadas a dos homens, podemos afirmar que, seja no âmbito da “migração forçada” como percebido na Síria, seja na “migração econômica” no México, perpassam às mulheres vulnerabilidades específicas, onde, talvez, os riscos de sofrerem abusos sexuais durante o deslocamento sejam os mais evidentes. As dificuldades para reunião familiar, as próprias limitações e

condicionantes gerados pela falta de uma documentação regular que lhes permitam circular com mais tranquilidade entre locais de origem e de destino, o medo da deportação, sofrimento em relação à separação familiar, e as condições precárias nas quais se inserem no mercado de trabalho tornam a vivência da experiência migratória das mulheres mais dramática. Nesse sentido, é necessário que as políticas migratórias avancem no sentido da promoção e do respeito à dignidade humana dos migrantes em geral e, especificamente, das mulheres em deslocamento e suas famílias.

## PORTUGUÊS

### Mulheres migram tanto quanto os homens, aponta estudo da Western Union

*Líder em serviços globais de transferência de dinheiro informa que o percentual do salário enviado pelo sexo feminino é maior*

No Dia Internacional da Mulher de 2015, celebrado em 8 de março, a Western Union, líder em serviços globais de transferência de dinheiro, aponta o impacto econômico gerado por mulheres migrantes. Elas compõem quase 51% dos clientes que utilizam os serviços da empresa e, segundo o Banco Mundial, dos estimados US\$ 582 bilhões em remessas globais, quase 50% das transferências são feitas por mulheres. Embora os percentuais sejam aproximados, os homens costumam repassar partes menores de seus salários aos países de origem.

O levantamento também apontou que as mulheres estão migrando tanto quanto os homens. Se, no passado, elas viajavam na condição de dependentes de um homem, hoje, de acordo com dados das Nações Unidas por meio do Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher, as mulheres já representam 48% do total de migrantes no mundo. Em busca de melhores oportunidades para auxiliarem suas famílias, elas migram para países com economias fortemente baseadas em serviços, nos quais têm mais oportunidades.

Segundo dados da Organização Internacional de Migração (OIM), as mulheres migrantes enviam aproximadamente a mesma quantia de dinheiro que os homens, porém transferem uma parcela maior de suas rendas[1]. A OIM afirma, ainda, que as mulheres geralmente enviam quantias com maior regularidade e por períodos mais longos de tempo.

Estudos mostram que as remetentes e receptoras direcionam as remessas de maneira a beneficiar diretamente as famílias, pagando despesas como

alimentação, educação, saúde, habitação e poupança. Já os homens tendem a gastar mais com bens de consumo, segundo essa análise exclusiva da Western Union.

De acordo com as Nações Unidas, migrantes internacionais, de ambos os sexos, preferem realizar remessas para mulheres (dois terços), o que reforça a descoberta em escala mundial de que são elas que cuidam e gerenciam as finanças do lar. Além disso, quando as mulheres migrantes realizam remessas, elas ganham mais autonomia e poder de negociação dentro do ambiente familiar.

"As mulheres emergiram das margens neste processo de migração e ocuparam lugar como importantes tomadoras de decisão e contribuidoras essenciais para o bem-estar financeiro de suas famílias e comunidades", afirma Odilon Almeida, presidente da Western Union para Américas e União Europeia. "Já que elas frequentemente e influenciam o uso de tais remessas para fins educacionais, os envios feitos por mulheres contribuem para a construção de capital humano em nível mundial, além de fortalecer a economia dos países para os quais esse dinheiro é enviado", completa.

Almeida reitera o suporte prestado pela Western Union a mulheres migrantes no Dia Internacional da Mulher, exaltando sua coragem e dedicação. "Aumentar o acesso a serviços financeiros é algo essencial para uma maior integração das mulheres à economia mundial, especialmente com o uso de novas tecnologias, como as móveis", diz o executivo. "Os setores público e privado em todo o mundo possuem um papel coletivo, que é impulsionar uma verdadeira inclusão. A Western

Union tem o compromisso de fornecer ferramentas aos seus clientes, sejam bancarizados, sub-bancarizados ou não bancarizados, para que eles enviem e recebam remessas, e de atuar como facilitadora de pagamentos rápidos para operações internacionais de pequenas e médias empresas.”

#### *Mulheres migrantes saem na frente em termos de operações financeiras*

"As mulheres aumentaram sua participação nos bancos ao redor do mundo, utilizando serviços bancários para enviar e receber dinheiro", acrescenta Almeida. Dados do Banco Mundial indicam que 46,6% das mulheres possuem conta em uma instituição financeira propriamente dita (contra 54,4% dos homens). Em países em desenvolvimento, as mulheres têm uma chance 8% menor de possuir uma conta bancária quando comparadas aos homens. Além disso, 13,4% das mulheres utilizam métodos eletrônicos para a realização de pagamentos e 21% guardam dinheiro em uma instituição financeira propriamente dita. Entre os homens, essas porcentagens são de 15,6% e 23,9%, respectivamente.

O Banco Mundial também apurou que as mulheres estão rapidamente alcançando igualdade com os homens em termos de envio e recebimento de dinheiro. Quase 7% das mulheres utilizam suas contas bancárias para receber remessas, contra 7,6% dos homens, e 6% das mulheres utilizam suas contas bancárias para enviar remessas, contra 8,0% dos homens. Os telefones celulares são utilizados regularmente por 3% das mulheres para recebimento de dinheiro e por quase 2% para envio de dinheiro. Já entre os homens, esses números são de 3,5% e 2,7%, respectivamente.

"Temos a responsabilidade de customizar nossos serviços para uma significativa parcela de trabalhadores internacionais que cresce em tamanho e influência", conclui Almeida. "A Western Union possui mais de meio milhão de pontos de presença e estamos constantemente melhorando nossos serviços de envio de dinheiro em diversos países, por meio de uma ampla gama de opções,

como dinheiro em espécie, conta em banco, débitos, créditos, pré-pagos, opções online, carteira móvel e, agora, o Apple Pay nos EUA.”

#### *Sobre o Dia Internacional da Mulher*

O Dia Internacional da Mulher é celebrado todo dia 08 de março. O primeiro Dia Internacional da Mulher ocorreu em 1911. Milhares de eventos acontecem para marcar as conquistas econômicas, políticas e sociais das mulheres. Organizações, governos, instituições filantrópicas e educacionais, grupos feministas, corporações e meios de comunicação ao redor do mundo comemoram as conquistas das mulheres, exigindo ao mesmo tempo mais igualdade. Make It Happen (Faça Acontecer) é o tema deste ano da plataforma mundial para o [internationalwomensday.com](http://internationalwomensday.com), incentivando ações efetivas para o avanço e reconhecimento das mulheres.

#### *Sobre a Western Union*

A Western Union Company (NYSE: WU) é uma empresa líder em serviços globais de pagamentos. Junto com os seus serviços de pagamento Vigo, Orlandi Valuta, Pago Facil e Western Union Business Solutions, a Western Union oferece a clientes e negócios maneiras rápidas, confiáveis e práticas para envio e recebimento de dinheiro em todo o mundo, para o envio de pagamentos e compras de vales postais. Até 31 de dezembro de 2014, os serviços das marcas Western Union, Vigo e Orlandi Valuta eram oferecidos através de uma rede combinada de 500.00 agências em 200 países e territórios, com mais de 100.000 pontos de autoatendimento e quiosques. Em 2014, a Western Union Company chegou à marca de 255 milhões de transações entre clientes em todo o mundo, movimentando 85 bilhões de dólares entre clientes, além de 484 milhões em pagamentos corporativos. Para mais informações, acesse [www.westernunion.com](http://www.westernunion.com).

Fonte: <http://www.segs.com.br/demais/32525-mulheres-migram-tanto-quanto-os-homens-aponta-estudo-da-western-union.html> - 09.03.2015

## **Filipinas treinam empregadas domésticas para 'exportação'**

*Stephen Sackur*

As Filipinas têm uma das economias que crescem mais rapidamente na Ásia, mas não há empregos suficientes no país.

Para minimizar o problema causado pelo desemprego, a cada ano o governo treina milhares de pessoas para que consigam empregos em outros países.



Na organização Housemaids Academy, gerenciada pelo governo, na capital, Manila, o dia começa com treinamento: uma equipe de faxineiras uniformizadas usa espanadores para limpar todos os cantos de uma sala. Na cozinha, cozinheiros em treinamento participam de uma palestra sobre preparo de saladas.

O interior da academia lembra um cenário de novela. Cada sala preparada meticulosamente para imitar a realidade de uma mansão. No andar térreo está uma sala de aula cheia de carteiras antigas. Ali, as empregadas em treinamento têm lições de higiene, respeito e finanças pessoais.

O governo das Filipinas ensina dezenas de milhares de pessoas todos os anos para trabalhos como empregadas, motoristas particulares, mecânicos e jardineiros, com o objetivo claro de colocá-las no mercado de trabalho de outros países.

É uma situação vantajosa. Estes exilados econômicos, e atualmente existem cerca de 10 milhões deles, enviam moeda estrangeira de volta ao país, algo muito importante para as Filipinas.

O grande número de pessoas que vai trabalhar fora funciona como uma espécie de válvula de segurança em um país que luta para criar empregos para uma população que cresce em mais de 2 milhões de pessoas a cada ano.

"Temos orgulho do que fazemos", disse uma das alunas, Maria. "Somos heróis nacionais."

Esta frase apareceu pela primeira vez em uma campanha publicitária do governo e está claro que as 20 jovens alunas, todas com uniformes impecáveis, querem muito que isto seja verdade.

Quando questionadas se é difícil abandonar a família para trabalhar em outro país, muitas afirmam que não têm escolha.

"Tenho um bebê em casa, mas não tenho como sustentá-lo. Os salários que ganho no Kuwait vão permitir que minha mãe crie ele", disse Evelyn.

Muitas outras alunas concordam e quase todas enfrentam a perspectiva de separação da família, dos filhos, por pelo menos três anos, talvez até mais.

Ao lembrar deste fato, o comportamento de metade das alunas da academia muda e agora elas choram.

#### *'Economia de call center'*

Além do envio de moeda estrangeira pelos empregados que trabalham fora das Filipinas, outro fenômeno tem mantido a economia do país.

É o chamado BPO, business process outsourcing em inglês, ou pode ser chamado de o crescimento da "economia de call center". Cada vez mais companhias dos países ocidentais estão enviando estas operações para as Filipinas.

"Superamos a Índia", disse Dyne Tubbs, gerente da Transcom Call Centers enquanto a reportagem da BBC percorre as salas lotadas de telefonistas que atendem ligações para uma companhia de entregas da Grã-Bretanha. É meia-noite em Manila, 4 da madrugada em Londres e os telefones não param de tocar.

"Companhias britânicas adoram (os filipinos) pois nosso inglês não tem sotaque. Os melhores alunos saídos de nossas universidades lutam para conseguir um emprego aqui. Aceitamos apenas os jovens mais espertos. E depois que terminam o treinamento, eles até entendem o sarcasmo britânico", afirmou Tubbs.

#### *População jovem e aumentando*

Um terço da população do país tem menos de 15 anos. O país pode ter encontrado um filão único na economia global mas as presentes taxas de crescimento econômico, apesar de muito boas, não vão sustentar uma população que deve dobrar de 100 para 200 milhões dentro de 30 anos.

Por isso, Jane Judilla pode ser uma das soluções para o futuro econômico do país: ela é uma profissional de saúde especializada em reprodução e controle de natalidade e que trabalha em uma das piores favelas de Manila.

Graças a uma lei aprovada no ano passado, ela agora pode oferecer de graça preservativos, anticoncepcionais e até esterilizações para as mulheres que escolherem o método. A Igreja Católica foi contra esta iniciativa, e 90% dos filipinos são católicos, mas não conseguiu deter a lei.

Judilla nos apresenta Sheralyn Gonzalez: 30 anos, dez filhos e grávida do 11º. Quando questionada se está feliz, ela responde rapidamente.

"Ficarei feliz quando tiver o bebê e puder ser esterilizada. Meu filho saiu da escola, mal podemos pagar pela educação dos outros. Falo para meus filhos tenham apenas dois filhos, então usem contraceptivos", afirmou.

Se a próxima geração ouvir o conselho de Sheralyn Gonzalez, o futuro das Filipinas poderá ser promissor. Caso contrário, dezenas de milhões de jovens do país poderão ficar presos na miséria, ainda dependentes de trabalhos em outros países

como uma forma de escapar das dificuldades econômicas.

Fonte:

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/03/150310\\_filipinas\\_em\\_pregadas\\_treino\\_fn](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/03/150310_filipinas_em_pregadas_treino_fn) - 10.03.2015

## Mulher, negra e migrante: conheça a experiência das latino-americanas no Brasil

Camila Maciel

O desejo de melhorar a vida financeira da família, de oferecer oportunidade de estudos aos filhos, de fugir da violência ou de trabalhar em uma missão humanitária. Estes são exemplos das motivações que levaram mulheres imigrantes a deixarem seus países de origem. Com vistas ao dia em que se celebra o Dia da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha, 25 de julho, a Agência Brasil publica histórias de mulheres negras que escolheram o Brasil para construir uma nova história.

A colombiana Jennifer Anyuli, a nicaraguense Yadira Campbell e as haitianas Beatrice Dominique e Experience Altagrace compartilham mais do que o mesmo território americano identificado como latino. A ascendência africana confere outras semelhanças às histórias de vida delas, como a necessidade de lidarem com o racismo e as diferenças de gênero de forma severa.

A socióloga Marilise Sayão, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), destaca que muitas dessas mulheres se deslocam pela necessidade de romperem com o ciclo de pobreza e miséria em que se encontram. "O que une essas mulheres na América Latina e Caribe? Essa herança da diáspora, da época da escravidão, e, depois, essa diáspora de deslocamento, de migração, de busca de melhores condições em outros países", aponta.

Também identificada como afrodescendente, Marilise considera que é fundamental lembrar e celebrar a especificidade da mulher negra, latina e caribenha. "As mulheres negras estavam em situação de subalternidade, tanto dos homens, quanto em relação às mulheres brancas", explica. Ela destaca, como exemplo, a luta das mulheres pelo direito de trabalhar fora. "A maioria das mulheres negras sempre trabalhou. Ela era a empregada doméstica, a escrava. Aquelas reivindicações não representavam essas mulheres", aponta.

"Imigrar pela necessidade de sobrevivência, de ir além"

A socióloga Jennifer Anyuli, 23 anos, veio com os pais e os dois irmãos da Colômbia, há nove anos. "A motivação foi a questão econômica, porque lá

não se tinha a mesma facilidade de se virar nos 30 como aqui. A questão da violência também. Morávamos numa favela", relembra. Hoje, ela relembra o começo difícil no novo país. "Até a gente conseguir se levantar, eu, meu irmão e meu pai saímos para a rua para vender [água, refrigerante] no farol", relata.

Jennifer avalia que o processo de adaptação foi mais difícil para os pais. "Até hoje eles falam portunhol. Para meus irmãos e para mim, já foi mais fácil", relata. Apesar da facilidade com o idioma, a jovem, que não tem sotaque, acredita que isso se deve à pressão vivida na fase escolar. "Muitos imigrantes enfrentam bullying", aponta. Ela acredita que é preciso desenvolver políticas públicas para a acolhida desses estrangeiros, não só no campo na assistência social, mas também na saúde e na educação.

Com traços andinos, ela identifica-se como afro-indígena. Jennifer conta que passou por um processo de autoconhecimento a partir do trabalho como voluntária na Pastoral do Migrante, dando aulas de português para estrangeiros. "A questão da identidade ficou muito forte a partir de então, tanto que você pode ver em mim", diz, apontando para o artesanato e elementos étnicos na roupa. Os cachos no cabelo também foram assumidos pela jovem como uma afirmação de suas origens, tanto indígena, como africana.

*"Era a primeira vez que trabalhava com gente parecida comigo"*

A médica nicaraguense Yadira Campbell, 44 anos, morou no Brasil por cinco anos, quando acompanhava o marido em uma missão das Nações Unidas, no Rio de Janeiro. Antes de passar pelo país, já havia desenvolvido um trabalho em Angola. Foi quando teve, pela primeira na vez na vida, a experiência de trabalhar com médicos e pacientes com os quais se identificava pelos traços fisionômicos. "Eu sou do Caribe e toda vida fui minoria. Na Nicarágua, eu sou afro-caribenha, [que representa] um grupo pequeno", declara.

Hoje, ela vive na Espanha e encontra uma situação em que novamente é minoria. "Aqui, era a única médica afrodescendente", relata. No Brasil, o fato

de ser uma médica negra também se mostrou novidade entre os profissionais da área. "Na pós-graduação, havia cerca de 100 pessoas e eu era a única negra de toda essa quantidade de médicos. Eram médicos mais velhos, quase todos especialistas. Depois, quando fiz trabalho na Santa Casa, encontrei gente mais nova, que estava fazendo residência. Encontrei mais afrodescendentes", relatou.

Ao falar como se sentia nessa situação, Yadira explica que, quando era jovem, não percebia o fato de se formar em Medicina como um privilégio. "Quando você cresce, vai entendendo que, por ser a única, não é que seja mais inteligente, mas os que ficaram atrás foi por alguma razão", aponta. Ela acredita que é fundamental um dia para celebrar as contribuições para a sociedade e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres afro-latinas. "Quanto mais longe de afro, você é melhor profissional. Queremos mudar essa forma de ver. Por isso levo o afro em todos os meus atos, fazendo bem a minha profissão e celebrando os antepassados", declara.

#### *"O terremoto levou o que eu tinha"*

A comerciante haitiana Beatrice Dominique, 37 anos, aguarda ansiosa o momento em que um empregador irá à Missão Paz – centro de referência para imigrantes, no Centro da capital paulista – para lhe oferecer um emprego. No Brasil

há dois meses, ela deixou o Haiti com a esperança de reconstruir a vida depois que perdeu tudo no terremoto devastador de 2010. "A vida ficou difícil lá", relata.

A viagem para o Brasil já antecipou as dificuldades que encontraria no novo país. "Na passagem pelo Equador, um ladrão levou tudo. Fiquei sem nada. Tive que pedir para parentes mandarem dinheiro", relembra. Depois, ela seguiu viagem até a entrada pelo Acre e a chegada a São Paulo.

#### *"Pensava que ia trabalhar, mas grávida é mais difícil"*

Grávida de seis meses, a haitiana Experience Altagrace, 30 anos, chegou ao Brasil há cerca de um mês. Diferentemente da maioria dos haitianos, que entram no país por terra, pelo Estado do Acre, ela viajou de avião, com um visto conseguido em seu país. Ela foi acolhida pela Missão Paz, onde dorme e faz as refeições. "Está difícil conseguir um emprego. Meu esposo está no Haiti. Pensava que ia trabalhar, mas por estar grávida é mais difícil", lamenta.

É comum que haitianos rejeitem fotografias para exposição em jornais e na Internet. Sem entrar em detalhes, Experience aponta que não gostaria que alguns parentes soubessem que ela está no Brasil.

Fonte: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=85920> – 29.07.2015

## **O que é a 'injeção anti-México', que imigrantes centro-americanas tomam rumo aos EUA**

*Alberto Nájara*

O conselho passa boca a boca entre as imigrantes da América Central que querem viajar para os Estados Unidos: antes de entrar no México, é recomendável tomar um anticoncepcional de efeito prolongado.

A medida é uma tentativa desesperada para prevenir a gravidez indesejada depois das agressões sexuais que muitas delas sofrem no caminho para o território americano.

Todo ano, cerca de 45 mil mulheres centro-americanas entram no México sem documentos migratórios. De todas elas, 70% sofre algum tipo de abuso sexual, conforme denunciou a ONG Anistia Internacional.

Tal estatística contrasta com os números divulgados pelo governo mexicano. Segundo o secretário de Governo, Miguel Osorio Chong, o

número de agressões a imigrantes em "foi reduzido significativamente".

Mas não é apenas a Anistia Internacional que discorda das informações oficiais. Entidades como o Centro de Assistência a Imigrantes Retornados, em Honduras, também afirmam que a violência sexual contra mulheres imigrantes tem aumentado.

"A violência não diminuiu; ao contrário, aumentaram as agressões às mulheres", disse à BBC Valdette Willemann, uma das responsáveis pela organização.

Por tudo isso, o conselho que circula entre as mulheres imigrantes é sempre o de tomar a pílula antes de viajar. O método mais usado é a aplicação do Depo-Provera, um anticoncepcional que as protege por três meses.

Na América Central, essa pílula é chamada de "injeção anti-México".

#### *Anticoncepcionais*

O uso de anticoncepcionais entre as imigrantes para "atenuar" de alguma forma a violência sexual é uma prática comum não só entre mulheres adultas, como também em adolescentes.

Às vezes, são os próprios traficantes de pessoas, conhecidos como "coiotes", que aconselham todas elas a tomarem esses medicamentos. O aviso é repetido ao longo de toda a rota até o norte.

E desde o início, muitas mulheres assumem que as agressões sexuais "fazem parte dos custos da viagem para o México".

Recentemente, organizações como a apresentaram um relatório sobre as mulheres em situação de imigração. O documento destaca, entre outras coisas, que algumas imigrantes se veem obrigadas a ter relações sexuais como um "requisito" para cruzar a fronteira do sul do México.

"Temos ouvidos muitos depoimentos de mulheres imigrantes que decidem, por elas próprias, pagar esse preço para não serem sujeitadas à violência sexual durante o trajeto", disse Perseo Quiroz, diretor da Anistia Internacional do México.

Frequentemente, os agressores são agentes do Instituto Nacional de Migração (INM), que pertence ao governo mexicano – e também existem denúncias de abusos de policiais e militares.

Os "coiotes", membros de gangues e moradores de aldeias por onde passam as centro-americanas no trajeto também cometem abusos, segundo as denúncias.

#### *Rotas de violência*

Ataques ocorrem em praticamente todo o país, ainda que organizações civis e autoridades tenham identificado alguns pontos específicos que são mais perigosos.

Um desses é o corredor entre Huehuetenango, na Guatemala, e Comitán, em Chiapas, no México.

Nesta zona, abusos, roubos, extorsões e sequestros são frequentes.

A área é uma das rotas que recentemente voltou a ser utilizada depois de o governo mexicano ter aumentado a vigilância nas regiões tradicionais do trajeto, como Tapachula e Ciudad Hidalgo, em Chiapas.

Todo mês, segundo Diana Damián Palencia, diretora da ONG Foca, há registros de quatro ou cinco assassinatos de mulheres.

As vítimas são abandonadas em um fosso que conecta o município de Frontera Comalapa, em Chiapas, com Huehuetenango.

O caminho se chama, paradoxalmente, "Gracias a Dios" (Graças a Deus).

#### *Impunidade*

Há mais de uma década existem denúncias sobre abusos sexuais a mulheres imigrantes em território mexicano.

As autoridades criaram programas para combater os abusos a pessoas sem documentos migratórios, como o "Plano Fronteira Sul".

Mas as agressões não pararam. Não se sabe o número exato de ataques que ocorrem no país, pois a maioria das vítimas não presta queixa.

Além disso, outro problema é que a maioria dos casos que chega às autoridades fica impune, segundo a Anistia Internacional.

"É preciso que haja proteção efetiva e punição aos responsáveis pelas violações dos direitos humanos, principalmente para a violência contra as mulheres imigrantes no México", insiste Quiroz.

Mas o secretário Osorio Chong diz o contrário. Nos municípios onde se aplica o Plano Fronteira Sul "as agressões diminuíram em 35%", ele garante.

"Em menos de um ano, temos resultados muito satisfatórios a favor dos direitos dos imigrantes que nos visitam."

Fonte:

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151023\\_injecao\\_anti\\_mexico\\_rm](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151023_injecao_anti_mexico_rm)

25.10.2015

## **Mulheres Invisíveis: Histórias não contadas de imigração**

*Fernanda Canofre*

Lourdes e Basília decidiram que sairiam juntas da República Dominicana no final de 2013. As duas primas, de idades próximas, viram que se quisessem para os filhos uma vida diferente

daquela que tinham na periferia de Santo Domingo teriam de partir. Em pouco tempo, juntaram as economias e mais um pouco de dinheiro emprestado com familiares, contataram um coiote



– fácil quando se tem prata em mãos -, fecharam as malas e se prepararam para a viagem ao sul da América. As duas nem imaginavam que estavam entrando em um jogo de tabuleiro: a cada parada planejada na rota dos atravessadores teriam de pagar mais se quisessem avançar de casa. O preço de movimento girava sempre em torno de U\$S 1 mil.

Foi assim que alguns dias depois de saírem de Santo Domingo, tendo gasto todas as economias da viagem, elas se viram paradas na porta de uma pensão em Quito tentando entender seu destino final. O Equador não oferecia muitas oportunidades. Das outras mulheres estrangeiras que estavam ali esperando, vindas também da América Central, ouviam que as únicas opções eram ir embora ou trabalhar na prostituição. Muitas de suas conterrâneas, sem ter a quem recorrer, optaram por sobreviver. Dez dias depois de chegarem ao Equador, Basília e Lourdes apelaram mais uma vez à família. Telefonaram a Santo Domingo e pediram outra remessa de dinheiro que permitisse que elas chegassem ao lugar onde ouviram dizer que teriam emprego certo: o Brasil. Estavam juntas, mas ainda assim eram duas mulheres sozinhas. Como diz Lourdes, “dá medo ser mulher e andar sozinha, sem saber onde você vai parar”.

O número de mulheres migrantes cresce a cada ano e em muitos países já ultrapassa o de homens. Ainda assim, quando se fala em migrações, elas seguem invisíveis. Nas narrativas da mídia sobre crises de refugiados ou novos movimentos migratórios, mulheres raramente aparecem nas fotos, quanto mais como personagens de reportagens. Nas discussões sobre os fluxos migratórios, elas têm presença quase irrisória diante dos homens. Mas ainda que ignorada, a perspectiva de gênero está em questão “desde o momento da partida, a escolha de quem vai migrar, os motivos da migração, a permanência ou o retorno”, como analisa a pesquisadora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Gláucia Assis.

“No Brasil, por exemplo, na década de 1980, nós tínhamos 250 mil brasileiros no exterior e só 18-19% eram mulheres. Hoje, em termos mundiais, o fluxo imigratório de mulheres já representa 48,5%, segundo o último dado da ONU. Na América Latina é superior, 58,2%”, aponta Jurandir Zamberlan do CIBAI Migrações, de Porto Alegre. Entre os chamados “novos rostos migratórios” – imigrantes que chegam ao Brasil vindos do Caribe, da África e do sudoeste da Ásia – o número de mulheres

também tem aumentado nos últimos anos. Dominicanas, como Lourdes e Basília, são a nacionalidade mais comum na migração feminina. “Das outras, nós recebemos 95% de homens. Agora, com a relativa estabilidade dos homens aqui eles têm começado o processo de reunião familiar, trazendo as companheiras, filhos”, diz Zamberlan.

Mais do que isso, a imigração de mulheres é diversa envolvendo vários contextos, as mais diferentes histórias. “O que define uma mulher imigrante? É que elas são muitas. Elas não vem só acompanhar migração, elas são trabalhadoras. São várias mulheres, várias histórias, vários contextos”, analisa Gláucia. “E na maioria das vezes não é apenas uma questão econômica, mas questões de situações políticas e religiosas que fazem com que migrem. É importante notar que as mulheres têm agência no processo [migratório]”.

#### *Imigração sob suspeita*

Ainda era 2013 quando Basília e Lourdes entraram no Brasil de ônibus em Puerto Maldonado, na fronteira do Peru, de forma legal, com seus passaportes em mãos, mas ainda por trabalho do coitote. Tiveram de esperar alguns dias para encaminhar a solicitação de visto. Do tempo no Acre, elas lembram apenas da dificuldade para comer, do chão onde dormiram e da poeira que estava por toda parte. Outra dominicana que viajava com elas, sem dinheiro, contou que para passar a fronteira teria que “viver com o coitote”. Essa foi a imposição. Pelo tempo que ele definisse, ela serviria como a mulher para ele ter relações sexuais a hora que bem entendesse. “Depois ela chegou: tive que fazê-lo, porque senão ele me deixava no deserto lá”, lembra Basília.

Relatos de abuso sexual e violações de direitos estão entre os principais riscos sofridos por mulheres migrantes. Em setembro deste ano, a organização britânica Women For Women Refugee (Mulheres pelas Mulheres Refugiadas) lançou uma carta chamando a atenção para o problema. Uma reportagem do New York Times, publicada em outubro, conta que embora apenas 2% dos adolescentes que migram sozinhos para os Estados Unidos sejam meninas, “são elas que têm os mais cruéis contos de abuso”. Na série sobre migração “Os Invisíveis”, dirigida por Gael García Bernal para a Anistia Internacional, o episódio que aborda a saga de mulheres hondurenhas para entrar nos EUA afirma que 6 a cada 10 imigrantes são abusadas sexualmente no caminho. Outro vídeo, produzido pela International Womens Rights Action Watch (IWRRAW), defende que “uma vez que

uma mulher decide embarcar em uma jornada de imigração, ela está mais suscetível a encontrar violações de seus direitos do que homens”. Seja qual for sua idade.

A senegalesa Arame ouviu de um conhecido da família que no Brasil poderia ter oportunidades melhores de futuro. Mas poderia ter escutado em alguma rua no Senegal. Segundo ela, homens vendendo o “sonho brasileiro” se tornaram artigo comum nos mercados públicos do país. Como o amigo da família já possuía visto permanente de residência no Brasil, ele sugeriu que poderia fazer uma carta convite para que Arame viesse. Pensando que isso a livraria dos custos e riscos de um coioite, a jovem aceitou a proposta. Conversou com a mãe e juntas somaram as economias para que ela pudesse ir atrás de uma chance do outro lado do Atlântico. Quando desembarcou no aeroporto do Rio de Janeiro, depois de um voo tumultuado, Arame descobriu que teria de entregar os quase U\$S 8 mil – reservados para mantê-la nos primeiros meses – pela carta que lhe abriu as portas do Brasil. O conhecido sumiu em São Paulo assim que pegou o dinheiro. Ela estava sozinha sem conhecer nada, nem falar uma palavra em português. O único custo de uma carta convite são R\$ 2,78 cobrados para autenticação, em qualquer cartório brasileiro.

Hoje, quatro anos depois, Arame vive em Passo Fundo, cidade no norte do Rio Grande do Sul, e tenta acolher em sua casa conterrâneos recém-chegados. Depois de dois anos de relacionamento com um homem senegalês, ela foi deixada para trás com um filho nos braços. Arame conta que se preocupa especialmente com as mulheres. Uma delas, depois de um mês no Brasil conseguiu chegar ao sul e à sua casa. Ela também passou por experiências de abuso e prostituição, mas não fala sobre o assunto. A única coisa que diz é que só não volta para casa para não enfrentar todo o caminho outra vez.

“É como se a imigração feminina estivesse sob suspeita. Você fica presa a dois estereótipos: ou ela é vítima ou ela é cúmplice das situações de tráfico”

Ainda que aconteçam, essas situações são apenas parte da realidade. O problema é que são suficientes para colocar “a migração feminina sob suspeita”, segundo a pesquisadora e antropóloga Gláucia Assis. “Para as mulheres a preocupação [antigamente] era se elas estavam casadas; para os homens era se eles tinham trabalho. Hoje em dia a situação se modificou. Você tem muito mais mulheres migrando sozinhas, mulheres mais

qualificadas, mas ainda tem muito preconceito quanto à migração das mulheres e muita suspeita em relação a ela. Suspeita no sentido de ‘estão indo se inserir no mercado do sexo, estão indo trabalhar com prostituição’. É como se a imigração feminina estivesse sob suspeita. Você fica presa a dois estereótipos: ou ela é vítima ou ela é cúmplice das situações de tráfico”, explica Assis.

A pesquisadora lembra ainda que, desde 1960, houve um aumento significativo no número de migrantes em geral, ligado às transformações do capitalismo e a uma série de serviços que antes não existiam. É neste momento também que se abre a demanda por mão-de-obra feminina nos chamados serviços de cuidado, como trabalho doméstico, cuidados de idosos, baby sitters, trabalho em setor de serviços. “Vai se criando nichos de mercado de trabalho para esses grupos de imigrantes. Elas cuidam nos Estados Unidos das casas e dos filhos dos outros, enquanto pagam alguém nos seus países para cuidar dos filhos delas. É um rede internacional de cuidados, mas que também é de precarização do trabalho. Na maior parte destes países, as mulheres têm mais dificuldade de legalização, não tem direitos trabalhistas”, nota.

#### *Destino final*

Basilía e Lourdes enfrentaram oito dias dentro de um ônibus do Acre até São Paulo. Na capital paulista, buscaram emprego, ficaram um tempo em uma fábrica. As duas ainda dependiam do dinheiro enviado pela família de Santo Domingo. Conheceram então um haitiano que lhes falou sobre uma vaga de trabalho na colheita de maçãs em Santa Catarina. Sem pensar duas vezes, compraram passagem e partiram outra vez. Porém, o local – perto de Florianópolis – era muito diferente do que ele havia descrito. “Havia muitos haitianos, o alojamento era ruim, não tinha telefone, nem internet. Era como se tivessem jogado a gente num deserto e ia ficar lá”, lembra Basilía. À noite, no mesmo dia em que chegaram, acompanhadas de outros sete conterrâneos que chegaram com elas, saíram a pé da fazenda.

Logo, elas ficaram sabendo que precisavam de trabalhadores para a colheita de uva no interior de Lages e seguiram para lá. O local outra vez tinha problemas de alojamento e pagava muito pouco. Elas logo perceberam que depois dali não teriam muitas perspectivas de juntar algo além do que precisavam para sobreviver e saíram a caminhar outra vez. Sem dinheiro, tendo de economizar ao máximo para fazer o dinheiro vindo de casa render,

a vida era “ir de abrigo em abrigo”. Nos dias em que não conseguiam vagas em albergues municipais de Lages, elas acabavam dormindo nas ruas mesmo, cuidando das malas e dos poucos pertences que carregavam. A rodoviária era um dos locais mais seguros para isso.

Por ali, elas ouviram falar que em Porto Alegre havia uma rede de assistência aos imigrantes e resolveram pedir uma última vez dinheiro dominicano. “Chegamos aqui e também foi pior. A sorte que encontramos esses lugares para as pessoas que não tem onde dormir. Mas às 5h da manhã nos acordavam e tínhamos de ir para a rua, ali esperamos até às 8h para ir à igreja onde estavam as malas”, lembra Lourdes. Com auxílio da igreja católica, elas logo arrumaram emprego em lanchonetes e restaurantes, como auxiliares de cozinha. Era quase época de Copa do Mundo na capital.

“À noite sempre ficávamos em casa, porque não tínhamos nada para fazer, nem para jantar. Só se comêssemos por lá [no serviço]”

Nos primeiros dias tentaram dividir, entre 4 mulheres, um quarto de pensão que custava 900 reais por noite. Depois arrumaram o porão de duas peças onde vivem até hoje, no bairro Vila Nova. Como o pagamento no emprego tinha de esperar até um dia 10, não tinham dinheiro nem para a comida. Os vizinhos começaram a ver a situação e passaram a doar coisas a elas. “À noite sempre ficávamos em casa, porque não tínhamos nada para fazer, nem para jantar. Só se comêssemos por lá [no serviço]”, conta Lourdes.

Embora muitas mulheres que estejam chegando agora ao Brasil, tenham vindo encontrar os maridos que já conseguiram visto e alguma estabilidade, entre as dominicanas, são elas quem abrem os caminhos. “Todas estamos sozinhas. Os maridos ficam com as crianças”, conta Marta, mãe de três filhos, que vive com Basília e Lourdes. É comum que irmãs, filhas, sobrinhas, cunhadas, queiram encontrá-las na “nova vida” em busca de uma oportunidade. Foi o que aconteceu com a irmã de Basília em março passado. “Eu não queria ela passando pelo o que eu passei, por todo o trabalho que deu até chegar aqui. Mas ela decidiu e quis vir, está aqui agora”, diz Basília. A irmã também deixou dois filhos gêmeos pequenos e, assim como ela, também se divide em dois empregos para juntar dinheiro e enviar para casa.

#### *Futuro incerto*

A alta do dólar tem afetado diretamente os imigrantes por aqui. “É muito pouco. Logo que

chegamos era bom, mas agora está difícil. Há muitas pessoas desempregadas. Quando chegamos se podia escolher o emprego que quisesse, mas agora não tem”, diz Basília.

Todas elas têm plano de trazer os filhos para perto de si. Marta quer que a filha que estuda Medicina possa se especializar no Brasil. Basília, que saiu do país quando a filha tinha um ano e meio e não sabia falar, quer poder conversar com ela ao vivo em breve. Mas na situação atual trazê-los seria “continuar na mesma”. Lourdes pensa em ir para a Argentina, onde já tem cunhadas trabalhando na região de Buenos Aires. “Se eu estivesse lá, talvez não teria passado por tanta coisa. Elas me dizem que lá está melhor, que eu teria tempo para descansar. Aqui não tenho tempo nem para sair, para nada, só trabalhar e dormir o pouco que resta”, diz ela. “E na hora de enviar o dinheiro, não é nada. Quando eu vou enviar, volto com depressão”, completa Marta.

Assim que se tornou maior de idade, Cátia Rousseau, de 19 anos, partiu de Porto Príncipe para encontrar o namorado que já vivia e trabalhava em Caxias do Sul. Agora, família – ela, o marido e o filho Tiago, de um ano – vive apenas com o salário do marido e teve de parar de enviar remessas aos parentes no Haiti por causa do preço do dólar. Mas, se está difícil aqui, por outro lado, lá também quase não há perspectivas. “Só rico tem trabalho”, conta. Segundo Cátia, o nepotismo e a corrupção tomaram conta das ofertas de emprego. “Se melhorar, vou ficar aqui. Quero dar vida melhor para meu filho”. O plano da jovem é conseguir o que não conseguiu em seu país: achar uma maneira de concluir os estudos e poder fazer uma faculdade.

A maior parte da imigração de mulheres sempre funciona como um “projeto familiar e afetivo”, segunda Gláucia Assis. Ela começou a pesquisar a questão de gênero no âmbito das imigrações através de casos de brasileiras da região de Governador Valadares, em Minas Gerais, que migravam para a Europa e Estados Unidos para enviar dinheiro às famílias no Brasil. Uma situação bem semelhante a das imigrantes “novos rostos” que estão agora por aqui. A diferença é que além de achar um país com moeda mais forte que a de sua terra, elas buscam também condições culturais que ajudem a romper barreiras que tinham antes.

#### *Nova cultura, velhos modelos*

Em outubro deste ano, o Alto Comissariado para Refugiados da ONU publicou o relatório “Women on the run” (Mulheres em fuga). Segundo o



documento, enquanto o mundo acompanha a discussão sobre refugiados na Europa, outra crise está se desenrolando na América Central e quase ninguém vê. Milhares de mulheres de El Salvador, Guatemala, Honduras e partes do México estão se deslocando rumo ao norte fugindo da violência. O relatório traz depoimentos de 160 mulheres sobre “estupro, assédio, extorsão e ameaças de grupos armados” e chama atenção para a crescente violência de gênero na América Central.

No grupo de discussões que se reúne uma vez ao mês no Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), em Caxias do Sul, as assistentes que trabalham com mulheres migrantes sempre tentam reforçar questões como a Lei Maria da Penha e as redes de assistência disponíveis a elas. “Quando a gente fala dos instrumentos de proteção para a mulher, elas não conhecem. A gente não sabe como é lá, mas talvez os mecanismos de proteção não sejam tão desenvolvidos em forma de lei, de uma patrulha, instituídos. Por ter isso no Brasil, não inibe os casos de violência, mas ajuda”, avalia Juliana Camelo, uma das trabalhadoras sociais do centro. “É muito delicado, principalmente porque toca na questão financeira. Muitas vezes a mulher depende financeiramente do companheiro.(...) Elas são extremamente fortes, batalhadoras, elas vêm e têm toda a questão da família. É uma carga emocional muito pesada”.

“As opressões que nós sofremos elas também sofrem. Por serem mulheres e um pouco mais por serem imigrantes”, diz Vanessa, outra atendente do local. Segundo ela, embora existam relatos conhecidos de violência doméstica entre imigrantes, os casos de assédio nem são relatados porque, como no Brasil, “muitas vezes já é ‘naturalizado’ para as mulheres”.

Desde que passou para a nova coordenação, em abril, a Casa Viva Rachel já recebeu três casos de mulheres haitianas vítimas de violência doméstica. O local só pode abrigar mulheres quando estas apresentam boletim de ocorrência policial comprovando a agressão. Apenas uma delas seguiu com o processo contra o agressor. Das outras duas, uma voltou ao Haiti por medo do ex-companheiro; a terceira descobriu que estava grávida depois de uma violação e resolveu perdoar o pai do bebê e de seus cinco filhos que ficaram no Haiti, descumprindo as medidas protetivas que tinha contra ele.

A procura de mulheres migrantes por atendimento na rede pública tem crescido este ano. “Há também situações em que elas não chegam a ser abrangidas, mas buscam informações. Na própria

Coordenadoria da Mulher, muitas delas buscam informações, inclusive para busca de trabalho”, afirma Mara Parlow, responsável pela Casa Viva Rachel. Mesmo assim, ela conta que como casos da Lei Maria da Penha envolvem polícia, a maioria das mulheres desiste de seguir com processos contra agressores. “Tu fala a palavra ‘polícia’ já gera um temor. Quando elas veem que pode até gerar a perda do direito de permanência no país, ficam temerosas. Elas têm um temor muito grande diante da penalização dos agressores”.

*“O grande desafio é fazer com essas mulheres que aqui estão busquem o atendimento quando necessitam”*

A barreira cultural, especialmente religiosa, também tem se mostrado uma dificuldade para aproximar mulheres migrantes de serviços de assistência. No Fórum de Mobilidade Humana, realizado em 15 de outubro em Porto Alegre, a representante do Comirat (Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas) de Porto Alegre, Beatriz Morem da Costa, revelou que a capital ainda não possui números oficiais sobre imigrantes. Números que enfoquem a questão de gênero, então, são ainda mais difíceis de se estimar. Segundo Costa, mulheres são “raridade” nas redes públicas de atendimento. “O grande desafio é fazer com essas mulheres que aqui estão busquem o atendimento quando necessitam. Nossa ideia é fazer um programa junto à Secretaria Municipal de Saúde que possa abordar temas como controle de natalidade, HIV, atenção durante a gestação, se aproximar da população que chega”, revela.

Para Gláucia Assis, é só através da aproximação entre a população migrante e políticas públicas que algo pode começar a mudar. “Através de campanha de informação geral sobre os direitos dos imigrantes, alerta sobre tráfico de pessoas, etc. São medidas de vários níveis, incluindo mudança no Estatuto do Estrangeiro, que o projeto atual altera de maneira significativa, mas mantém pontos polêmicos. Essas leis poderiam promover políticas de equidade de gênero”.

Enquanto isso, pese todo risco e adversidade, elas, as mulheres que se lançaram à migração, resistem. “Somos mulheres fortes. Não é todo mundo que vem a um lugar que não conhece nada, sem saber o que vai acontecer, quem vai encontrar. Passar fome, dormir na rua, aguentar todas as coisas que fazem”, sorri Lourdes, sentada no sofá de casa com as companheiras.

Fonte: <http://www.sul21.com.br/jornal/mulheres-invisiveis-historias-nao-contadas-de-imigracao/> - 16.11.2015



## Imigrantes são monitoradas por tornozeleiras nos EUA

Numa tarde recente, Grace, uma mãe de 33 anos vinda de El Salvador, sentou-se num banco da estação de trem da cidade de Long Island, nos EUA, cruzou as pernas colocando o tornozele sobre o joelho, desenrolou com cuidado a barra da calça jeans boca-de-sino e apontou para o objeto de plástico preto do tamanho de um punho fechado preso ao seu tornozele. Uma pequena luz verde clara piscou, indicando que o dispositivo estava carregado.

"Não quero que ninguém veja", disse ela. "As pessoas não entendem. Elas olham para ele e pensam: 'o que você fez?'"

Depois de passar quase 14 meses em centros de detenção de imigrantes no Novo México e no Texas, Grace e sua filha de 14 anos se mudaram para Long Island em setembro. Elas fazem parte de uma população crescente de famílias de imigrantes sem documentos, mais de 550 na região de Nova York, que foram soltas depois que um juiz federal decidiu que os procedimentos de detenção do governo Obama violavam um acordo judicial antigo sobre a custódia de crianças por parte da imigração federal.

A decisão da juíza Dolly M. Gee determinou que os detidos fossem soltos rapidamente e, embora o governo tenha recorrido, o número de imigrantes ilegais em prisão familiar tem diminuído significativamente.

A maioria das mulheres presas foram libertadas com a condição de usar monitores no tornozele, o que as famílias chamam de "grilletes", grilhões em espanhol --aparelhos de GPS normalmente usados para rastrear criminosos e cada vez mais usados como ferramenta para rastrear imigrantes sem documentos sob ordem de deportação.

Grace recebeu a tornozeleira quando foi liberada do Centro Residencial Familiar do Sul do Texas, na pequena cidade de Dilley, 120 quilômetros ao sul de San Antonio. Doze dias depois, ela se apresentou na Federal Plaza, 26, em Lower Manhattan, onde um funcionário de imigração informou-lhe sobre o processo de monitoramento e o que esperar nas audiências de tribunal, entre outras coisas.

Autoridades federais dizem que o uso de monitores de tornozele é uma alternativa mais econômica que a detenção. Enquanto manter uma pessoa presa em Dilley custa cerca de US\$ 296 por dia, um

monitor tornozele custa cerca de US\$ 4,50 por dia. O número de detentos em Dilley caiu drasticamente, de cerca de 2.100 no verão para 648 na semana passada. Os monitores "ampliam nossos esforços de controle da fronteira", disse Bryan Cox, porta-voz do departamento de Imigração e Alfândega. Seu uso faz parte do que a agência chama de Programa de Supervisão Intensiva de Localização, em tradução livre.

Mas alguns militantes dizem que os monitores não são só estigmatizantes, mas também desnecessários. De acordo com as estatísticas publicadas este ano por uma divisão do Departamento de Segurança Interna, quase 90% das famílias detidas que dizem ter medo de voltar a seus países de origem passaram por uma triagem inicial para se qualificar para receber asilo. Agora que essas famílias estão livres para se defender em casos de imigração no sistema judiciário, elas tem "todo o incentivo" para comparecer às audiências, disse Elora Mukherjee, professora da Faculdade de Direito de Columbia, que representa famílias em Dilley.

"Monitores no tornozele são apropriados para certas populações", disse Mukherjee. "No caso de criminosos acusados de crimes violentos, pode fazer sentido acompanhar onde eles vão, com quem estão se comunicando. Estamos lidando com uma população totalmente diferente aqui --as vítimas de violência, sobreviventes de traumas, pessoas vulneráveis que passaram por tanta coisa e não precisam carregar um lembrete físico do que já passaram."

Grace, que não quis que seu nome completo fosse divulgado por causa de sua situação de imigração, mostrou uma foto do tornozele com o monitor desligado, com uma ferida vermelha na pele.

"É como se eles nos dessem liberdade, mas não liberdade total. É o mesmo jogo psicológico que a detenção", disse Grace. "Eles não estão nos libertando totalmente. É assim: 'se você fizer algo errado, se não disser que vai viajar, vamos prendê-la de novo'", disse ela. Pior, é um lembrete da deportação. Ela já foi deportada uma vez.

Em 2007, Grace saiu de El Salvador com sua filha, fugindo de ameaças de extorsão e de morte por uma gangue famosa por seus atos de violência. Depois de ser presa perto da fronteira, elas foram levadas a um centro de detenção em Taylor,

Texas, que era usado para deter mães e crianças até 2009, quando o governo Obama interrompeu a detenção de famílias em larga escala antes de retomar a prática no ano passado.

Grace e sua filha logo foram deportadas. "Mas eles sabiam onde estávamos", disse ela, referindo-se à gangue. "Eles estão em toda parte em El Salvador." As mães solteiras na América Central são especialmente vulneráveis à violência das gangues, e a extorsão se intensificou contra Grace. El Salvador está cada vez mais violento, com uma das maiores taxas de homicídio do mundo. Em julho de 2014, Grace e sua filha fugiram novamente. O marido dela já tinha fugido de El Salvador em 2006, e estava morando em Long Island.

Mas ela foi capturada perto da fronteira novamente e detida primeiro em um centro temporário com 700 leitos em Artesia, Novo México, para mães que cruzam a fronteira com os filhos, depois, num complexo em Karnes City, Texas, antes de ser levada para o centro Dilley, onde elas passariam os próximos oito meses e meio.

"Sempre havia a ameaça de deportação, a todo momento", disse ela, e começou a chorar. "Nós sempre resistimos. Só Deus sabe quantas lágrimas derramamos lá."

Grace e outras quatro mães foram liberadas de Dilley no mesmo dia, todas com monitores de tornozelo, que normalmente devem ser usados por três meses, a partir dos quais a supervisão diminui.

Eles comemoraram a nova liberdade, mas lamentaram o estigma dos monitores.

"Outro dia eu fui a um restaurante", disse uma mãe solteira do Equador, que foi libertada do centro da Dilley um mês antes de Grace e agora mora no Queens. "Eles olharam para mim e me perguntaram o que era." Ela disse que tentou explicar a sua situação, mas as pessoas no restaurante não entenderam. Em casa, seu filho de 12 anos de idade repete a mensagem que o monitor emite em espanhol: "Carregue a unidade. Carregue a unidade".

A vida dela no Queens é tranquila, e segura. Depois de deixar seu filho na escola e antes das aulas de inglês à tarde, ela sai para longas caminhadas com o cachorro, mesmo que o monitor lhe cause bolhas. Ela sente como se Dilley a tivesse seguido até o Queens. "Eu estou do lado de fora, e isso é o que importa", disse ela. "Chega de chorar", ela repetiu para si mesma. "Eu quero me sentir livre, à vontade."

Tradutor: Eloise De Vylder

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/the-new-york-times/2015/11/22/imigrantes-sao-monitoradas-por-torzozeleiras-nos-eua.htm> - 22.11.2015

## ENGLISH

### Filipino Families Struggle With Motherhood Exodus

*Being both mother and father to the children is difficult, says an unemployed man whose wife works as a domestic helper in Dubai. The feminization of migration leaves more families affected by what one researcher calls the commodification of motherhood.*

*Iris Gonzales*

Maria Juliana, 4 years old, is crying and whining; her nose is now runny and her voice hoarse. It is 7 in the evening and she hasn't had dinner. There's no food on the table yet. She is tired, hungry and fussy now. And she is calling out to her father.

But 52-year-old Edgardo Agido is checking on Maria's sister, 7-year-old Samantha Nicole, who is still out playing hide and seek with the neighborhood gang under the moonlight.

Agido and his children live in the outskirts of the University of the Philippines, a state-owned school in the northeast of Quezon City. Their neighborhood is a labyrinthine slum where families crowd into dwellings that are made out of concrete or a hodgepodge of plywood, cardboard and whatever else can be found.

Agido's eldest, 9-year-old Albert, is helping in the kitchen.

It's a typical night. It can be chaotic at times, says Agido but he's the only one in charge for the past year, since his 34-year-old wife Melona left for Dubai to work as a domestic helper.

"I couldn't go. I'm already over age so my wife had to go," he says. Agido used to work for a water distribution company but he was dismissed after a change in ownership. He has filed an illegal dismissal case, which is pending with the courts.

Being both mother and father to the children can be difficult. And lonely, he says. "It's really very sad because my wife is not around."

Gathering the children for dinner is a breeze compared to when they are sick. "Sometimes, when one of the them is sick, it can be so stressful. I would especially wish that my wife was around," he says.

Melona Agido is part of a global trend, writes Zuhul Yesilyurt Gunduz, associate professor in the International Relations Department at TED University in Ankara, Turkey, in a recent paper on the feminization of migration. "In the past it was mainly men who went to countries far away; women came as followers. In the last 20 years, however, this has changed so much that today over half of all migrants are women."

Gunduz notes that female migrants are often the main or sole wage earners of their families.

As a result, millions of children of migrants are forced to settle for what Gunduz calls the commodification of motherhood. "A generation of children has grown up without their mothers at their sides. The consequences of long separation periods, especially in very young ages, can be devastating," she writes.

Global social and demographic trends in developed countries, such as aging populations, are driving the feminization of migration, Gunduz writes.

And Filipino families are particularly affected, she notes. "Not only do many employers explicitly seek foreign women, specific nationalities are often sought-after, such as Filipinos."

Domestic workers from multiple countries are at U.N. headquarters in New York to push for adoption of international labor standards and labor projections for domestic workers during the March 9-20 annual assembly of the Commission on the Status of Women.

But improved labor standards won't necessarily help the children left behind.

"Studies reveal that migrants' children are ill more often than other children; they experience

resentment, bewilderment and indifference more than their friends, who live with their mothers. Here we notice injustice at work, linking the emotional deprivation of these children with the surfeit of affection their First World counterparts enjoy--at least ostensibly," Gunduz says in her paper.

In the case of Agido, the family had no choice. "I couldn't find a job here or abroad so my wife had to be the one to go," he says.

### *Having Skype Helps*

Jimmy Gamad, 49 years old, who lives in the same neighborhood, is luckier. He says his children, who are older, do not feel any resentment toward their mother who is in Saudi Arabia working as a domestic helper.

"I think my children are fine. With the help of technology, they are able to talk to their mother," he says. His wife Emma left two years ago.

"We are able to talk to her on Skype so it's OK," says 24-year old Marc Jay, the second of their four children.

The eldest is 27-year-old King J, then 19-year-old Jimlet and 11-year-old Ej.

Their father works as a cook in a school canteen and goes home right after work to check on them.

"He is both father and mother and he is really the best," says Marc Jay.

Gunduz, of TED University in Ankara, says migrants should have a right to family life and to be reunited with their children.

"[I]t is necessary to struggle to guarantee the right of children in all situations to be with their mothers (not to exclude their fathers as well) so that they can share family life again even while the mothers are working," she writes.

### *Millions Working Overseas*

An estimated 10.48 million Filipinos worked overseas as of the end of 2012, an increase of 33,000 from a year earlier, according to the latest available data from the Commission on Overseas Filipinos, the agency tasked to promote and uphold the interests of Filipinos abroad.

As the total number of overseas workers rise, so does women's share of that population, with 46,940 female Filipina migrant workers registered in 2013 compared to 31,288 males. In the nine-year period between 2004 and 2013 the number of women who registered to work abroad was 466,933; for male counterparts it was 312,456.

Authorities recognized the struggles faced by Filipina migrant workers, especially mothers who are away from their children.

Imelda Nicolas, head of the Commission on Overseas Filipinos, says Filipina migrants face the triple burden of being female, foreign and often working in low-skilled jobs.

"All these, unfortunately more often than not, translate to exploitation, abuses, dysfunctional families," she said in a speech earlier this month at the Ateneo de Manila University.

The government, she said, will continue its thrust to create jobs at home and make working abroad a choice rather than a necessity. "When Filipinos do choose to work or live abroad, their welfare and protection should still be our priority," Nicolas said.

For international migrants' group Migrant International, the feminization of migration among Filipinas boils down to a weak domestic economy that doesn't offer enough good jobs. The unemployment rate in the Philippines stood at 6 percent in the fourth quarter of last year, according

to the Philippine Statistics Authority. Among unemployed people, about 65 percent were males.

Garry Martinez, chairperson of Migrant, says many overseas employers prefer women because women are paid less.

"For example, when I was working in Korea, I was earning \$1,500 (a month) but my co-worker, was earning \$900 to \$1,100," he says.

The disparity, he says, shows how female workers are exploited. "It's also very sad that Filipina migrant workers are unable to take care of their own children because they have to take care of other children in abroad," Martinez says.

And it's equally hard for the children.

"They miss their mother," says Agido.

Iris Gonzales is a journalist based in Manila, the Philippines, who writes about economics, development and humanitarian stories. Some of her work may be read at <http://www.irisgonzales.blogspot.com> and <http://www.roadtopuka.com>.

Fonte: <http://womensenews.org/story/immigration/150316/filipino-families-struggle-motherhood-exodus> 17.03.2015

## Who's responsible for violence against migrant women?

*Migrant women are vulnerable to violence at all stages of their journey due to gendered inequalities and relations of domination. Current EU policies restricting migration exacerbate their vulnerability.*

Jane Freedman

EU leaders have been quick to blame the current migrant "crisis" in the Mediterranean on smugglers/traffickers, and plans have been put in place to try and break up smuggling/trafficking networks that supposedly threaten migrants' security. However, when we examine migrants' experiences more closely it becomes apparent that the EU's increasingly restrictive policies of migration control constitute one of their main sources of insecurity. These cut down on legal avenues for migration, thereby forcing migrants to increasingly employ smugglers and to attempt evermore circuitous routes to reach Europe. These insecurities can be particularly severe for women migrants, as gendered relations of power create different forms of violence and vulnerability for women. These gendered relations of power often play out in various forms of violence, the perpetrators of which include fellow migrants (in some cases members of a woman's close family or travelling companions), traffickers/smugglers, or police and state agents. These multiple forms of

violence are the result of gendered inequalities of power that may already exist, but which are magnified and reinforced through migration. Policies that attempt to restrict migration do little or nothing to control this violence, and in many instances directly contribute to or intensify it.

Research on many different regions of the world have highlighted the interconnections between gender, migration, violence, and insecurity. Different push and pull factors, migration control regimes, as well as the social and economic conditions found in the countries of origin, transit and destination create varying types of insecurity and violence for men and women. This variation depends greatly on the social and economic positions of the different actors and the relations of power that exist between them. The sexual division of labour in both the origin and destination countries, the presence or absence of spatial restrictions to public space and mobility for women, and the effects of a restructured and globalised capitalist economy are all factors that help explain



gendered variations in migration. On top of these location-specific issues, gendered inequalities in the sexual distribution of wealth is a global factor that pushes many women to migrate in order to ensure survival for themselves and their families.

Economic insecurity is often coupled with other forms of insecurity, including gendered forms of violence. Some women migrate to escape the threat of forced marriage or female genital mutilation, while others are victims of domestic violence, sexual violence or rape, or persecution on the grounds of their sexual orientation. The prevalence of sexual violence against women is all too evident in the various conflicts taking place around the world today, giving women another reason to try and leave their countries of residence. All of these factors, as well as many others, influence a woman's decision when she contemplates whether or not to leave her country and for the relative safety of Europe.

Gendered forms of persecution, such as the threat of forced marriage or female genital mutilation, or sexual violence during war, have now been recognised by the United Nations refugee agency (UNHCR) as falling within the scope of the 1951 Refugee Convention. Women fleeing such forms of persecution should therefore be eligible for refugee protection, but although EU states have seen an increase in asylum-claims based on gender-related forms of persecution, many women migrants just arriving are still unaware of the possibility of making an asylum claim. This can be attributed to a more general non-recognition of gender-related violence, which is often normalised as part of a patriarchal regimes and internalised by its victims. Political authorities and international organisations present within countries of transit and destination also fail to provide adequate information to these women on their rights to claim asylum. Furthermore, even those women who do manage to make an asylum claim based on gender-related persecution face major obstacles when proving the credibility of their claim.

Violence is a feature of women's journeys as much as it is a cause of migration, as the decision of a woman to enter public space in order to migrate is often times read by others as an 'invitation' for sexual relations. The frequency with which such

(mis)understandings occur has, in many ways, 'normalised' the sexual violence that occurs against migrant women—for many it has become just a "part of the journey". Attempting to guard against this by travelling with a male partner doesn't necessarily guarantee security because he himself might be a source of violence or exploitation. When this turns out to be the case, many women feel compelled to stay with him for fear of attracting a worse alternative by travelling alone.

'Paying' smugglers with sex has also become normalised. Sometimes this is consensual, such as when women with little financial capital choose to exchange sexual relations for help in reaching Europe, however at other times sexual relationships between women migrants and smugglers are forced. Many women seem to accept the possibility that they may be forced to engage in sexual relationships with smugglers, fellow migrants, or border guards in order to survive and to reach their destination as an almost inevitable part of their journeys. Police violence against women migrants has been reported in states like Libya or Morocco, as well as in the detention centres in EU member states. The criminalisation of migrants and the EU's current emphasis on preventing migrants from reaching Europe have both serve to legitimate such violence both in transit countries and the EU.

The causes of women's migration are complex and involve factors relating to economic, physical, and social insecurities. These causes of migration are unlikely to disappear in the near future. Describing these gendered insecurities of migration does not in any way imply that the women involved are mere 'victims', as they have clearly developed many strategies for dealing with the insecurities they face. However, these survival strategies should not be seen as alternatives to state and international protection of these women's rights. In the long-term, the only way to improve these women's security is through a genuine commitment to providing safe and legal routes for migration and/or claiming asylum.

Fonte: <https://www.opendemocracy.net/beyondslavery/jane-freedman/who%E2%80%99s-responsible-for-violence-against-migrant-women> - 28.08.2015

## **Attacks on foreigners in South Africa expose refugee women to new dangers**

*Pumla Rulashe*

When Congolese refugee Faiza Lugi saw the mob toting machetes and heavy knobkerrie sticks surge down the main street in this port city chanting anti-foreigner slogans, she knew that it was time to run again.

Having fled war, gang rape and chaos in the Democratic Republic of Congo (DRC) more than a decade ago, she abandoned her roadside stall selling footwear in Durban and ran from the rabble as it looted businesses, torched homes and killed at least seven people.

"I was totally shocked," says Lugi, who sought refuge at a satellite police station in the city where hundreds of terrified foreigners had gathered, then ran to find a friend who was preparing to flee to a shelter for displaced foreign nationals in nearby Isipingo which had been set up weeks earlier. He urged her to come too.

As she boarded a mini-bus taxi to Isipingo, a town 20 kilometres from Durban, Lugi thought of her Congolese mother and 18-year-old daughter, Lydia Neema who was still in school in the city.

"I was terrified for them but I couldn't fetch them!" she says. "I wouldn't make it there alive because I look foreign and my grasp of Zulu, the local language is very poor. My consolation was that my daughter is fluent in the language so she wouldn't be targeted. My mother joined me a few days later because she was vulnerable on her own."

Lugi's daughter remained in Mayville, a suburb outside Durban, throughout the weeks of violence. Her grasp of Zulu had for the most part guaranteed her safety. "None of my friends know that I'm actually Congolese," she confides. "If they did, they would probably desert or harass me, so I've never told them."

It was the second time that deadly violence had overtaken the family and thrown their lives into chaos. More than a decade earlier Lugi took flight from Uvira in eastern DRC after rebels gang raped her sister in law as she hid under the bed, her hand clamped tightly over the mouth of her then six-year-old daughter to prevent her screaming.

Piling into a truck during a break in the fighting, they joined the 315,000 people escaping regional conflicts in Africa who are seeking refuge and asylum in South Africa. They were subsequently joined by Josephine, Lugi's 66-year-old mother, who is among 23,500 asylum seekers and refugees from DRC.

The xenophobic attacks came amid a downturn in the South African economy that led to the

scapegoating of foreigners, among them hundreds of already highly vulnerable refugees like Lugi. Following the government's efforts to quell the violence, and a UNHCR initiative to help refugees reintegrate into their adoptive society with financial assistance, Lugi and her mother went back to their rented quarters in Mayville – although their return was short lived.

During their absence their room had caught alight and everything in it burnt to ashes in what Lugi believes was an act of sabotage. "I was devastated," she says. "Years of hard work had burnt to the ground."

"People didn't want us there, and by that time, I had already used up most of the money I had received from UNHCR to pay the rent."

Worried about where she and her family would spend the night, Lugi turned to Refugee Social Services – UNHCR's South African partner – for help. Through a UNHCR funded emergency programme, Lugi and her family relocated to a block of flats in Durban's central business district where she has been assisted with rental payments, second hand clothing, a queen sized mattress, food vouchers and other sundries.

The emergency programme provides assistance for a three month period an August was the last month that they would receive help.

Despite also being the recipient of UNHCR's business re-start assistance – a means of assisting identified refugees who lost their livelihoods as a result of the xenophobic violence start over again – Lugi's small business selling shoes is struggling.

What looms large in her mind is the rent that was due in October. "I just don't know what to do anymore," she admits. "My mind plays my problems over and over again and I don't know how to fix them."

"What we're seeing," says Yasmin Rajah, RSS's Director, "is an increase in the number of refugees returning to our offices regularly for additional assistance. Unfortunately, with our limited resources we can only do so much and ultimately, refugees have to make the best of a bad situation. It is worrying."

For UNHCR, keeping a close eye on refugee women like Lugi is priority.

"We know that refugee women are generally at risk," says Anna Leer, UNHCR Senior Regional Community Services Officer, "however conditions resulting from the xenophobic violence can leave destitute refugee women at increased risk of abuse

and exploitation where they may be forced to resort to survival sex or other destructive coping mechanisms."

Whereas funds are limited and self-sufficiency is the only way forward, UNHCR and partners do what they are able to prevent this by providing temporary assistance coupled with realistic self-reliance plans.

In spite of her problems, Lugi is grateful that the South African government has granted her mother an old age pension which she receives monthly.

Similarly, her medication and hospital visits are covered. RSS is looking into assisting her daughter with the financial means to travel to school. They are also helping her engage her daughter's school to waive the fees she owes but cannot afford.

"From being self-sufficient," she says with tears in her eyes, "I have become indigent and disillusioned. I just don't know where to turn anymore."

Fonte: <http://www.unhcr.org/56260e536.html> - 20.10.2015

## **Suffering women migrants return home to more woes**

*No sufficient social, psychological, financial support for them*

*Arafat Ara*

Exploited Bangladeshi women migrant workers do not get necessary social, psychological and financial support at home, a number of them complained.

Moreover, after return they suffer a lot which starts from the airport during their landing in the country as immigration staff members undermine them. Their condition becomes more vulnerable than before, they claimed.

Julekha (not real name) went to Oman in February last with a job as a housemaid. She returned home two months back after being tortured physically and sexually. Now she is struggling hard to survive.

Julekha spent Tk 140,000 as migration cost which was managed from a village money lender. As she was apparently confined as a sex slave at her employer's house, she could not earn any money, she said. "When I left Oman, I was completely penniless; I was also very sick mentally and physically. But I did not get any notable help from the authorities concerned," the victim said.

She did not get minimum health and psychological treatment and financial support which could help her recoup the losses.

Rahima (not real name) is also a victim of sexual abuse. She was sold at a mess in Dubai. "I became sick while returning home. My husband is a rickshaw puller; so he has no ability to provide better treatment for me".

"I went to the ministry of expatriates' welfare in Dhaka, but officials misbehaved with me and refused to help me get back the migration cost from the recruiting agency," she added.

"I filed a case against the recruiting agency. The police arrested the guilty person but released him after some days seemingly taking bribe," she mentioned.

Nilufa (not real name), who returned home from Jordan six months back, claimed that she was not getting cooperation from the authority concerned. "I lodged a complaint with the Dhaka manpower bureau office, but am yet to get compensation. They are very reluctant to take any step in this connection."

Like Julekha, Rahima and Nilufa, most of the victim women migrants are left in an awkward position in the absence of due support.

The outflow of women migration is increasing every year. Some 64,021 women travelled for jobs abroad during January-August period of 2015, up from 48,461 in 2014 during the same period, reflecting a 32 per cent growth, according to the Bureau of Manpower, Employment and Training (BMET) data.

The statistics also showed that a total of 416,290 women went abroad from 1991 to August 2015. They travelled to 18 countries. Of them, about 32 per cent went to Lebanon, 27 per cent to the United Arab Emirates (UAE), 16 per cent to Saudi Arabia and 9 per cent to Jordan. Bangladeshi female workers are mostly recruited as domestic help and workers in garment and other informal sector.

Although BMET has overall women migrants' data, there is no data of victim returnees. So how many female workers come back home every year after being cheated or tortured is still an unexplored area. A number of migrants' rights organisations receive victims' complaints and collect data from media. They also do research on the issue.

Ovibashi Karmi Unnayan Programme (OKUP), a non-governmental organisation, showed that about 66 per cent of Bangladeshi female migrants returned home with different types of health complications caused by physical torture.

The study carried out on 1,173 respondents in December 2014 also said that 12.04 per cent women came back home with sexual and reproductive health problems, 7.41 per cent with mental trauma and 2.78 per cent with HIV infection.

There is no national strategy nor any action plan to address the reintegration of the returnee and victim migrant workers in Bangladesh. So victim women migrants do not get proper support when they return home being tortured and abused sexually. In most cases their situation becomes more vulnerable than before as they sell assets or take money from village money lenders to for the migration cost.

A few non-government organisations have taken initiatives for social reintegration of vulnerable migrants, especially women who have returned with different forms of physical and mental complications. But it is not sufficient.

Although the government runs an income generating project for migrants through Probashi Kallyan Bank, women can hardly benefit from the scheme. Most of them even do not know about the project. Besides, a number of private banks have a few schemes for assistance to the returnee migrants for their economic reintegration.

Vulnerable women need necessary medical treatment and also counselling immediately after they come back home. But the expatriates' welfare ministry is yet to take any plan to establish any such institution for migrants.

A large number of victims do not get any compensation money. A few of them get the same but not the entire amount of their migration cost. They get only Tk 20,000 each as the government has fixed such an amount for them. It is well-known that no worker can go abroad spending such a little amount of money. Most of them have to spend minimum Tk 80,000 each, according to sources.

In absence of proper publicity, most women do not know how and where to lodge complaints. Sometimes they are not willing to go for complaining as the officials concerned do not cooperate with them.

Migrants' rights activists think that it is necessary to set up a shelter home at every Bangladesh mission office abroad to help the women lodge complaints.

The BMET statistics revealed that a total of 23 migrants lodged complaints online in 2014. Of those, only one complaint was from a female worker.

Sumaiya Islam, project coordinator of Bangladesh Ovibashi Mohila Sramik Association (BOMSA), said it was not enough to count how many women were sent abroad with jobs. But priority should be given to their safety and security and reintegration. Unfortunately, they are still being deprived of their due rights.

She received about 100 complaints on an average each month from the female workers abroad about physical torture, sexual abuse at workplaces, denial of wages and food.

Ms Islam, however, opposed sending domestic workers abroad and said instead, Bangladesh should concentrate on preparing skilled female workers as they are safer than the domestic helps.

Shikkha Shastha Unnayan Karzakram (SHISHUK) executive director Sakiul Millat Morshed said women were far more deprived than male migrants.

"Social, physical and psychological losses of a woman migrant are higher than the financial one. Government should give priority to such compensations," he added.

On the other hand, most cases of arbitration are being settled for only Tk 20,000 to 30,000 as compensation against more than Tk 100,000 spent as the migration cost. "So it is not a good support."

"It is very difficult to get justice for the migrants as a section of officials and police personnel are involved with the misdeeds," said Binoy Krishna Mallick, executive director of Rights Jessore.

Mr Mallick said he lodged several complaints with the departments concerned on behalf of the victims. Most of the complaints are yet to be settled.

BMET director general Begum Shamsun Nahar said as per victims' complaints they go for immediate action to send the victims back home and compensate them. Migrants can complain against recruitment companies online and manually.

She also said although they have no reintegration policy as a whole for the migrant workers, they have some projects for helping the victim workers.

Fonte: <http://www.thefinancialexpress-bd.com/2015/11/08/116054> - 08.11.2015



## 'I'm so happy': migrant woman free from fear after 461 days in sanctuary

Mexican maid Rosa Robles rejoined outside world in Arizona after 15 months of becoming a reluctant symbol of the paralysis in US immigration reform

It took 461 days but Rosa Robles was able to rejoin the outside world on Wednesday, free from fear, and do something she had long yearned for: watch her sons play baseball.

The Mexican maid emerged from her sanctuary in a Presbyterian church in Tucson, Arizona, secure in the knowledge that she would not be deported. "I'm so happy. I'm watching my boys. The air outside feels different," she told the Guardian, speaking from the sidelines of a baseball field under a cold, starry sky. "How do I feel? Great."

Since August 2014 the undocumented immigrant had hunkered down in the Southside Presbyterian church's adobe compound, a reluctant symbol of the paralysis in US immigration reform.

She was not one of the "criminals" or "gang members" whom Barack Obama prioritised for expulsion in 2014, yet she faced a deportation order from the Immigration and Customs Enforcement (ICE), a branch of the Department of Homeland Security.

A snowballing campaign to let her stay has now paved the way for a deal with Homeland Security, said Robles's lawyer, Margo Cowan. "It leaves Rosa in a position to be able to leave sanctuary safely. There is no risk whatsoever of being removed."

A confidentiality clause prevented Cowan giving details of the accord, but she hailed it as good news for others facing deportation. "I think Rosa is every mom, and her husband every dad. She took a stand in saying that she wouldn't permit her family to be torn apart. It was a really powerful example."

Support from the Tucson city council, board of supervisors and thousands who planted "we stand with Rosa" signs outside homes and businesses helped tip the scales, said the lawyer. "It just came to a point where justice prevailed. It's a wonderful victory. The whole community came together. It's quite an exceptional human moment."

The breakthrough in Tucson came amid continued deadlock at national level over the fate of an estimated 11 million undocumented immigrants. A federal court this week upheld an injunction

blocking Barack Obama's attempt to shield about 4.7 million of them from deportation.

The fifth US circuit court of appeals in New Orleans ruled in favour of 26 states, all with Republican governors, which said the president's executive action exceeded his authority. The justice department has said it will appeal to the supreme court.

Donald Trump's vow to deport all 11 million if elected president has set the tone of the Republican primary campaign, angering and alarming immigrant activists.

Robles, who moved to the US in 1999 and overstayed her visa, had no criminal record and was in theory a low priority for deportation. Obama had promised compassion for those "trying to figure out how to feed their families". Robles's two sons, Jose Emiliano, nine, and Gerardo, 12, grew up in Arizona but are not US citizens.

The house cleaner got snagged in September 2010 when, on her way to work, she drove on the wrong side of traffic cones in a construction zone. The sheriff's deputy who pulled her over did not issue a ticket but called ICE agents, triggering deportation proceedings. The use of traffic stops to summon immigration officials is the source of an old, bitter joke among immigrants about being found guilty of driving while Mexican.

Robles was held for 53 days in detention before being released on bond and placed in removal proceedings. After four years of fruitless appeals she was told she would be deported on 8 August 2014. She entered the Southside Presbyterian Church on 7 August, leaving her husband, Gerardo, 41, a landscaper, to care for their sons.

The same church sparked a sanctuary movement in the 1980s by taking in migrants fleeing wars and persecution in central America.

Robles occupied a small, windowless room. She helped church staff to cook and clean, walked around the yard for exercise, listened to music, did jigsaw puzzles with her family during visits, and lobbied, with the help of supporters, for deportation relief.

Hopes of a swift resolution faded as weeks turned to months. A handful of undocumented migrants sheltering in other churches across the US obtained

assurances of being allowed to stay relatively quickly but the maid's case dragged on.

"The lowest point was the one-year anniversary," Robles recalled, speaking Spanish. "It was very hard. I just had to keep living day to day." She urged others facing deportation to not give up hope.

"Keep knocking on doors. If one closes, another can open. Keep fighting. God is with us."

She savoured the prospect of a return to normality on Thursday morning. "I'm going to take the kids to school. Be a mom."

Fonte: <http://www.theguardian.com/us-news/2015/nov/12/arizona-migrant-woman-leaves-sanctuary-church-15-months> - 12.11.2015

## **The multiple tragedies of Syria's displaced women, and why the G20 needs to pay attention**

Roughly half of the World's 60 million plus displaced people - 19 million refugees and 41 million internally displaced people (IDPs) - are female. This is the highest number ever recorded and the numbers continue to rise. According to the UN's High Commissioner for Refugees Antonio Gutierrez "we are witnessing...an unchecked slide into an era in which the scale of global forced displacement as well as the response required is now clearly dwarfing anything seen before".

Women, already facing multiple inequalities, face significantly greater risks in displacement – especially discrimination, grinding harassment, and often sexual and gender based violence. Host and transit countries need to be aware of the specific dangers faced by women and try and provide for the safety and special services they require, especially for the most vulnerable, i.e. unaccompanied women and children, female headed families, and pregnant, disabled, and older women. However, many countries are overwhelmed with the sheer numbers they face and unable to adequately respond despite the efforts of local and international humanitarian agencies.

The single largest source of forced displacements in the world remains Syria with over 4 million refugees and about 8 million IDPs. In October 2015 a further 124,000 Syrians were displaced from their homes in Aleppo and Idlib as the Syrian army, with Russian and Iranian support, went on the offensive. Currently, Turkey is estimated to host some 2.2 million registered Syrian refugees, with over one million registered in Lebanon and 630,000 in Jordan – actual numbers are higher. Roughly a quarter of this population are women and half are children under 17. The trauma of being a refugee cuts across gender, ethnic and sectarian lines but women tend to fare worse when it comes to many outcomes. Some of these challenges are outlined below:

In Lebanon, Jordan, Egypt and Iraq, one in four families, 145,000, are female headed with tens of

thousands or more such families in Turkey. A 2014 UNHCR report stresses the vulnerability of these families: "Life in exile for these women has meant becoming the main breadwinner and caregiver, fending for themselves and their families, away from their communities and traditional sources of support. For most, the burden is overwhelming, and many are entirely dependent on outside assistance". These households tend to have greater debt, less food, more children at work and subject to greater degrees of violence, sexual and otherwise.

This is happening as winter approaches and the situation for Syrian refugees in neighboring countries is deteriorating as funding for humanitarian support runs low. Hundreds of thousands have had aid sharply curtailed in Lebanon and Jordan. The World Food Programme (WFP) states that 80% of Syrian refugees in Jordan are living below the poverty line and well over half of those in Lebanon - food insecurity afflicts 85 and 79 percent of these refugees respectively and – echoing the UNHCR - underlines the much higher vulnerability for families headed by women.

The vulnerability of young women and girls in displacement has also led to massive increases in involuntary child marriages. With fears of sexual violence, many families quickly marry off their daughters for protection or in fear for the girl's "honor". Many also need the dowry payments. According to Isadora Quay, a Gender in Emergencies Specialist from CARE, "We've seen a massive increase in child marriages in Syria and Iraq and...as far afield as Egypt". Marriages of children under 18 had trebled among refugees in Jordan in 2014. Women refugees in Turkey also cite the pressure to enter into marriages as one of their most serious challenges. According to the UN, among rural Syrian families where marriage before 18 was common, now girls as young as 13 and 14 are being married, often to much older men. While in Syria the minimum age for marriage is 16 for

girls, it is 18 in Turkey and Jordan, though in the latter a waiver is rare but possible. Therefore in both countries, marriages of girls under 18 are illegal. Also, many girls end up as second or third wives. In Turkey, where the practice of polygamy is illegal and had practically disappeared, it is now resurfacing. This means that many of these “marriages” are illegal, as can be the ‘urfi or traditional marriages in Jordan and Lebanon that are often not documented properly, leaving the women with little legal protection.

The impact on these girls can be devastating with increased risk of health problems, especially over births, health issues for the newborn, greater risk of violence within families, and the impact of leaving one’s family, school and community at an early age and its attendant psychological impact. Leaving school early is also strongly linked to being trapped in a life of poverty.

The current large movement of refugees into Europe poses risks for all refugees but especially for young girls and women who need additional protection and appropriate services and shelter. Sheltering or incarceration with large numbers of men, and sharing facilities, is a challenge for women and children.. Most at risk are unaccompanied women and children who are

falling prey to organized crime groups intent not only on trafficking for sexual purposes but also slave labor. The growing number of separated children and women during the trek through Europe exacerbates this tragedy with the UNHCR receiving reports of children engaging in survival sex.

With winter coming and neighboring and European nations struggling to cope, it is vital that heads of state gathering for the G20 pay special attention to the plight of women refugees; especially when under Turkey’s Chairmanship and with strong EU support they have decided to step beyond their usual narrower economic mandate. It isn’t easy to focus host and transit countries on this issue. Yet providing women with livelihood support, safe shelters for them and their children, health care, family reunification, protection from grinding harassment, and making available police and other professionals to deal with criminal activities and their victims is imperative. The UNHCR sees Syrian women as the glue that holds a broken society together. Any support to them will greatly facilitate the emergence of stable, adaptive communities whether back at home or abroad.

SUBMITTED BY OMER KARASAPAN

Fonte: <http://blogs.worldbank.org/arabvoices/multiple-tragedies-syria-s-displaced-women> - 13.11.2015

## ESPAÑOL

### Mujeres migrantes que trascienden fronteras

*Dalia Margarita Souza López*

Mujeres en la migración transformadoras del mundo una campaña que surge desde Centroamérica para visibilizar a las mujeres dentro de los procesos migratorios, y es que la feminización de las migraciones forma parte de reconocer las nuevas formas, los nuevos rumbos y las diversas condiciones y circunstancias a las que se enfrentan las mujeres y niñas en la migración.

Si bien se ha pensado en las últimas décadas, que la mujer ha fungido como acompañante en los procesos migratorios de sus cónyuges, las estadísticas demuestran lo contrario, por lo menos se ha documentado que el 50% de la población migrante son mujeres y de acuerdo con lo dicho por Fanny Polanía de la Campaña Mujeres en la

Migración Transformadoras del mundo, por cada 10 migrantes que surcan las rutas migratorias, siete son mujeres, esto según organizaciones civiles. Y es que lo han hecho en los últimos años no sólo para buscar el sueño americano o mejores posibilidades de trabajo, sino para a su vez, protegerse de la violencia intrafamiliar en sus hogares y buscar alternativas para sus hijos.

Los procesos son tan variados como lo que ahora puede observarse de manera particular con las mujeres en la migración, vemos que muchas de ellas están migrando de sur a sur. Salvadoreñas que se van a Honduras, hondureñas que van a Guatemala o Nicaragua y otras más, se quedan en Tapachula, San Cristóbal y Comitán. Ellas son las

que envían remesas y sostienen a sus familias, esposo e hijos, y también; a sus tíos, sobrinos, primos y abuelos. Convertidas en la cabeza del hogar en las jefas de familia las mujeres han trascendido fronteras.

Las mujeres migrantes, son más vulnerables y enfrentan estos procesos de manera distinta a la de los hombres, reconoce Fanny Polanía.

Porque son estas mismas circunstancias: la necesidad de ayudar a sus familias, conseguir un trabajo, solventar los gastos personales y familiares en sus comunidades de origen, lo que las vuelve blanco fácil de las redes de trata y prestación, explica Polanía. Comúnmente estas redes de trata las buscan para ofrecerles trabajo y desprotegidas aceptan pues les prometen “una oportunidad de introducirse en el negocio de la prostitución”. Terriblemente en la desesperación muchas de ellas aceptan para así enviar dinero a sus casas y subsistir mientras deciden seguir su camino.

Cabe mencionar también, las violaciones a los derechos humanos, tanto en su integridad física como en lo moral, vejaciones a las que se enfrentan en los largos trayectos que tiene que emprender desde sus hogares, ya sea en la bestia, en los caminos o por parte de quienes las acompañan.

Recalca Fanny Polanía en esta entrevista, que si bien las mujeres han sido una constante en la migración desde antaño, no podemos permitir que la violencia en contra de ellas sea vista como común. Es decir; que esto suceda con frecuencia no significa que sea el ideal o que las cosas permanezcan así a través del tiempo.

Sumado a ello vemos la actuación de las autoridades que por colusión u omisión se encuentran inmersos dentro de este tipo de abusos. Son muchos los agentes de seguridad o migración que participan de manera directa o indirecta en este tipo de agresiones, violencia y vulnerabilidades a través de los estados que atraviesa la ruta migratoria.

Sin olvidar los estereotipos, que en repetidas ocasiones son predispuestos por las propias comunidades de origen o por nosotros mismos, suele suponerse que quien sale de su hogar siendo mujeres seguramente va en busca de una nueva pareja por ejemplo. Sin embargo; la realidad es que en repetidas ocasiones sufren desplazamientos forzados.

Por ello esta campaña busca a través de la visibilización erradicar los estigmas que suelen tenerse sobre las mujeres y por el contrario a través de sus vivencias empoderarlas. Y así, que el mundo se dé cuenta de lo que pueden hacer y a lo que se enfrentan. Siempre con el interés de borrar cualquier tipo de violencia en su contra.

Además vale la pena señalar a esas mujeres que no les vasto sacar adelante a su familia, sino que además decidieron luchar por la defensa de los derechos de la comunidad migrante. Ejemplo de ellas las defensoras de los derechos de las personas migrantes, todas aquellas madres centroamericanas que buscan a sus hijos migrantes desaparecidos y que por medio de la incidencia política han logrado precisamente visibilizar a sus connacionales.

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/3139-mujeres-migrantes-que-trascienden-fronteras> - 08.01.2015

## **Las Patronas: hace 20 años mujeres mexicanas ayudan a migrantes indocumentados**

*Escapaba de la guerra y apareció tirado hoy sobre la arena cerca de la ciudad balnearia de Bodrum, uno de los principales destinos turísticos de Turquía.*

*Ilka Oliva Corado*

El 5 de febrero cumplieron 20 años de ardua labor humanitaria al servicio de los migrantes indocumentados que atraviesan territorio mexicano en su paso hacia Estados Unidos.

Su pueblo La Patrona, Amatlán, Veracruz, México es parada obligatoria para el tren llamado "La Bestia", que trasporta en el lomo de sus vagones a miles de indocumentados que han sido arrojados a la indefensión migratoria, desde sus países de origen por gobiernos corruptos y sistemas en

decadencia que los olvidan en las alcantarillas de las clases sociales y la imposibilidad del desarrollo.

Las Patronas es un grupo de mujeres que sale a las vías del tren y lanzan bolsas de comida y botellas de agua a los migrantes que van sobre "La Bestia." Son el ejemplo vivo de lo que es dar sin esperar nada a cambio. Con ellas se vive la acción. El actuar. El movilizar. Concientizar de la situación de la migración indocumentada es parte vital de su aporte a esta problemática mundial.



Conocidas en el mundo entero por tan íntegra entrega, Las Patronas están de aniversario — cabe mencionar que es primera vez que lo celebran. Tuve el enorme privilegio de conversar vía telefónica con Norma Romero, coordinadora de Las Patronas. Una charla que nada tuvo de entrevista periodística, más bien una plática entre una indocumentada que muy bien pudo ir sobre cualquier vagón de "La Bestia" en su camino hacia Estados Unidos y una mujer que en cualquier instante pudo tenderle la mano para ayudarla.

Crónicas de una Inquilina tiene el gusto de presentarles, en Encuentros, a: Las Patronas. Disfrútenla y si les nace coméntenla y compártanla, porque las heroínas de pies de barro son candiles encendidos en los rincones más oscuros de la indiferencia.

*¿Qué es lo que sucede el 05 de febrero de 1995?*

Dos de mis hermanas — Rosa y Bernarda — fueron a comprar el pan y la leche para desayunar, y cuando el tren venía pasó despacio porque como es paso ahí tiene que bajar la velocidad, y nosotros pensábamos que la gente que venía en el tren era mexicana y que se subía en éste para aventurarse, a veces los jóvenes tiene inquietudes, verdad. Pensábamos que como nadie les cobraba el transporte se podían subir pero, ellas escucharon que les gritaron "madre tenemos hambre" y ellas pensaban que las estaban vacilando, y pasó el siguiente grupo y también les dijo "madre tenemos hambre regálanos un pan" entonces una de ellas les tiró la bolsa de pan y vino el grupo de atrás y también les pidió entonces les lanzaron las cajas de leche. Y llegaron a la casa y mi mamá les preguntó qué habían hecho con el pan y la leche que les había encargado y ellas le comenzaron a decir: fíjate mamá que la gente que va en el tren pues no es mexicana porque tienen un acento no sé cómo hablan ellos, y nos gritaron que tienen hambre.

Entonces nos reunimos en casa y conversamos toda la familia, la verdad en ese tiempo alcanzaba el dinero y hasta sobraba, porque eran baratas las cosas, hoy en día lastimosamente está más cara la canasta básica. Entonces empezamos a hacer taquitos, que arrozito, que huevitos y frijolitos. Y pusimos 8 taquitos en cada bolsita. El día después de que mis hermanas reglaron el pan y la leche empezamos a hacer la comida y fueron 30 "lonches" y resulta que mi "apá" dijo bueno y les van a dar el taco, ¿y con qué se lo van a bajar? Pues llenen una botellitas de agua dice. Las botellitas de agua no las podían agarrar porque se

les resbalaban de las manos, llegamos a casa y le contamos a mi "apá" y nos dijo que las amarráramos en par un hilo y eso hicimos.

[Y así inicia la historia de Las Patronas, que le ha vuelta al mundo; con una familia que no fue apática a la necesidad de desconocidos. ¿Cuántos de nosotros haríamos eso?]

*Empezaron con 30 almuerzos, ¿hoy en día cuántos dan?*

Ahorita a partir de 2014 fue el cambio — debido al Plan Frontera Sur, que criminaliza a los indocumentados por parte de autoridades mexicanas y hace que estos busquen otras vías de transporte para llegar a la frontera con Estados Unidos — porque nosotros estábamos dando entre 600 y 700 "lonches" porque era mucha gente la que estaba cruzando, llegamos a tener hasta más de mil personas al día. Buscándole pan de dulce, tortillas, lo que hubiera, lo que encontráramos y pidiéndole a la tente que donara su comida que no la tiraran porque luego la tiran cuando les sobra. Y hacíamos recolectas y la gente se empezó a dar cuanta que sí había necesidad y comenzaron a donar. Y así fue como se dio y la gente se empezó a involucrar.

Claro que no ha sido fácil porque antes ayudar a un indocumentado era un delito y era donde teníamos que tener cuidado. Después de formar un grupo con mi familia formé otro grupo en la parte centro del pueblo con otras mujeres para que nos pudieran ayudar, así ellas daban comida allá y nosotras por acá. Y fue ahí donde comenzamos pero después vinieron los malos comentarios de la gente: "no que esas viejas están locas, que ayudar al migrante es un delito, que las van a acusar de polleras." Ellas estuvieron ayudando como dos años, pero después los esposos comenzaron a decirles "no que si te metes en problemas a ver cómo le haces, que quién sabe qué," entonces las mujeres por miedo nos dijeron, mira mejor no. Yo les dije que estaba bien porque tampoco quiero ser la causante de que tengas roces con sus maridos. De las 25 que éramos quedamos 15, de las cuales hoy en día estamos 14.

Hoy en día estamos dando 100 "lonches" en el tren, y los que llegan a la casa caminando, porque hay migrantes que se bajan o van heridos o cansados y llegan al comedor y ahí los atendemos. Bajó la cantidad debido al cobro de las mafias.

[Que están conformadas por las propias autoridades municipales, estatales y migratorias en contubernio con los grupos criminales reconocidos

por la violencia con la que tratan a los migrantes indocumentados]

*Veinte años es un mar de memorias...*

Mira, hay que ser agradecido con Dios por todo lo que nos da, agradezco a Dios haberme dado unos padres que me enseñaron a trabajar y que me dieron valores. Tuve la oportunidad de tener una pareja que se portó bien y que no se metió en mis decisiones y que me apoyó [su esposo falleció] y que me dio un hijo que es tranquilo, que está estudiando y que le está echando ganas.

*El cambio de la palabra a la acción*

Norma era catequista en la iglesia de su pueblo pero sentía un vacío, sentía que no era suficiente lo que hacía, tuvo algunos roces con otras mujeres de la iglesia porque para ella no era solo ir a misa y afuera vivir con envidias, prejuicios y doble moral. Se alejó del catequismo y pidióa Dios una señal, ella quería pasar de la palabra a la acción y la señal llegó el día menos pensado.

Ese día en el 1996 terminamos de dar la comida y después de haber terminado la jornada del día me voy a mi casa y nos acostamos a dormir y como a eso de las 11:30 llega una compañera del grupo y toca la puerta y me dice: "oye Norma, el tren se acaba de parar y trae como quinientas personas pero viene un enfermo y aquí está su esposa y un compañero" los vi por la ventana y les dije que me esperaran porque me iba a cambiar. Ella se fue a su casa a dormir y me los dejó ahí en la puerta y cuando salgo esta mujer me dice ayúdame por lo que más quieras y se arrodilla frente a mí, inmediatamente le dije que se levantara, no lo pensé dos veces y le dije que me llevara a donde estaba su marido, ésa era la señal que yo necesitaba, fue ése el momento en que cambió todo en mi vida.

Agarré la camioneta de mi esposo y no me puse a pensar en que en el 96 era delito ayudar a un indocumentado, solo salí y les dije que me llevaran a donde estaba su esposo, llegamos y vi la multitud de gente que estaba en el tren, llego a las vías y le dio a Dios, "Señor si tú me pusiste aquí, tú me vas a ayudar" en ese momento algo me cubrió desde la cabeza hasta los pies, nunca he vuelto a sentir algo similar. Fue como un cobijo, como si alguien me hubiese abrazado. Como si alguien me hubiera quitado la venda de los ojos, desde ahí perdí el miedo. Y la certeza que Dios estaba actuando y que quería mi servicio. El miedo se me fue quitando poco a poco y es como si él me hubiera dicho: "ahora sí, ven y trabaja."

Se acercan los muchachos indocumentados y me dicen, "madre por lo que tú más quieras ayúdanos" y yo les dije voy a ayudar al que viene enfermo no los puedo ayudar a todos y me dicen, "no, con que los ayudes a ellos ya nos estás ayudando a nosotros." Ahí había amor, solidaridad, ahí no había fronteras, ahí había algo hermoso.

Era un muchacho que había defendido a su esposa porque el tren fue asaltado por las mafias y querían abusar sexualmente de ella y él la defendió y lo acuchillaron, imagínate de Agua Blanca a La Patrona el tren hace tres horas, y en ese tiempo la persona se desangró y venía con mucha temperatura y además perdió el sentido.

Entonces todos comenzaron a ayudar a bajarlos del lomo del vagón y fue algo tan hermoso, todos éramos hermanos ahí, y lo bajaron con tanto cuidado. El muchacho era negro, negro que solo sus dientes blancos se le miraban, y vi a aquel hombre como le extendieron las manos y le juntaron los pies, mientras unos lo sostenían de los brazos, otros lo agarraban de los pies, y fue como ver a un Cristo negro.

Nos negaron el servicio en el hospital cercano del pueblo porque era indocumentado, también un doctor de una clínica privada porque dijo que no se quería meter en problemas. Eso fue como la segunda llamada de Dios, de decir pues ahora háganlo ustedes, cúrenlo ustedes. Y me lo llevé a mi casa y estuvo en mi cama, sabía algo de primeros auxilios y llamé a un amigo que también sabía de primeros auxilios y él me dijo cómo proceder pero tampoco se atrevió a ir a mi casa porque pensaba que se nos iba a morir y no quería problemas.

Compramos medicina para la fiebre y para controlar la infección. Llegando a la casa lo bañamos con agua fría para bajarle la fiebre y revisamos la herida. Estuvo en mi casa más de 20 días recuperándose y se fue en septiembre y nos llamaron por teléfono el 25 de diciembre para decirnos que había logrado cruzar a Estados Unidos. Y eso es lo más bonito, de servir y no esperar nada a cambio. Y mucha gente dice "esto lo hacen y de seguro les pagan" y no es así, el pago más grande viene de la bendición de Dios.

*La Internacionalización*

Mira nos ha ayudado mucho los documentales que se han hecho acerca de nuestro trabajo, eso nos ha dado a conocer a nivel internacional, y como nosotros abrimos las puertas a quién guste venir a conocer lo que hacemos han llegado personas de

muchos países. Documentalistas, cineastas, periodistas. Y abrimos las puertas porque queremos concientizar a la sociedad civil, para que no solo juzguen, para que más bien conozcan a la gente, a veces es mejor enseñarle lo malo al ser humano que enseñarle lo bueno. Cuando tu ves a una persona migrante lo que primero que dices es "es un delincuente" ¿ya fuiste a investigarlo? Por qué mejor no te preguntas si tiene hambre, si necesita abrigo, en qué lo puede ayudar. Por qué no hacemos todo lo contrario y te das el tiempo de conocerlo.

Nosotros en todos estos años hemos visto pasar a miles de migrantes y para nosotros es bendición ayudarlos. Y les decimos que cuando lleguen a Estados Unidos no se olviden de su familia y hagan las cosas bien para que les vaya bien.

#### *El comedor-albergue*

Ya teníamos el comedor pero no el albergue porque no teníamos quién nos apoyara en lo económico, entonces un documental que se llama La Patrona el director lo llevó a varios festivales, y estuvo en Francia y de allá le preguntaron qué era lo que nosotros necesitábamos y yo le dije: un cuarto para voluntarios, un cuarto para que duerman los muchachos –indocumentados- y una oficinita. Unas regaderas y baños para los muchachos también. Y gracias a los documentales que se han realizado acerca de nuestro trabajo nos han invitados de varias universidades a dar pláticas y a concientizar a los estudiantes. Y siempre los invitamos a conocer la experiencia y llegan a nuestro comedor y nos llevan víveres. Nosotras necesitamos calzado, ropa, porque los migrantes van solo con la mudada puesta y por lo menos que se cambien cuando llegan al albergue, es sumamente importante el calzado y la ropa.

Tenemos una camioneta –pickup- que nos donaron cinco familias de Jalapa y eso vamos por las compras para hacer los almuerzos.

Cabe mencionar que el comedor-albergue está construido en el terreno que le regaló su padre a Norma. Nada de ayuda municipal o estatal.

#### *¿Cómo es la relación con las entidades migratorias?*

Es buena, hemos estado trabajando en equipo y ayudan en los hospitales cuando llevamos a migrantes heridos, claro el trato es distinto cuando van solos, tiene que ir una de nosotras para acompañarlos en todo el proceso y verificar que las autoridades les den trato humano. Yo siempre he

dicho no es en sí la identidad la que está mal sino las personas y cuando es así yo hablo con ellas directamente y de buen modo y eso nos ayuda mucho. Trato de concientizarlos y que vean a los migrantes como hermanos que somos.

Si el paciente necesita prótesis se coordina con las autoridades, realiza la terapia y se envía a un albergue para que vayan asimilando lo de su prótesis y su nueva realidad.

#### *El Plan Frontera Sur*

El Plan Frontera Sur vino a afectar más la situación de los migrantes porque los criminaliza, lo que los obliga a buscar otras alternativas para atravesar México y los expone a bandas de criminales, caminan más y sin agua ni comida. Ha bajado el afluente porque antes atendíamos al día a 600 o 700 y hoy a 100 o 120.

#### *El Instituto Nacional de Migración*

Bueno por estos lares están más concientizados porque nosotros nos hemos encargado de no quitar el dedo del renglón, y porque tampoco nos confiamos, lo que sucede en otros albergues es que solo les brindan protección dentro de las instalaciones y cuando salen ya no se hacen responsables. Aquí es lo contrario, los apoyamos dentro y fuera, los acompañamos abordar los autobuses o si tienen que subir el tren también vamos. Entones cuando las autoridades nos ven respetan al emigrante. Esto requiere que nosotros nos involucremos por completo y salgamos de nuestra zona de confort, si vamos a ayudar que sea bien no a medias.

#### *Concientizar a la sociedad civil*

Todos los migrantes en mi camino han sido un regalo de parte de Dios, hay momentos en lo que no solo tienes que batallar con las personas que lastiman al migrante, sino también con la sociedad civil que desconoce el dolor que carga el emigrante, pero también los pastores evangélicos. Es un conjunto de gente que solo critica y habla con prejuicios pero que no se involucra, muy fácil es hablar pero qué difícil es actuar.

Nosotras como ya sabemos les hablamos a los migrantes y les decimos "por estos lugares sí pueden pasar, por estos lugares no, a tal hora sí a tal hora no." La sociedad civil ahí podría ayudar muchísimo pero ni las personas como comunidad mucho menos los pastores de inglesa. Y te das cuenta que no puedes decaer y que tu deber es crear conciencia. Hay mucha gente que se ha



sumado pero que no actúa y lo que necesitamos en su acción. Es muy fácil encerrarse en la iglesia y orar y orar pero las cosas no se resuelven orando, tenemos que involucrarnos todos.

Tú eres de las pocas como Padre Solalinde, Pantoja y Fray Tomás, que son de armas tomar

Hombres como ellos nos hacen muchísima falta, que tengan el acercamiento hacia las personas ignorantes, que no solo hablen de la biblia sino que se comprometan con la acción que Dios nos ha enseñado. Fácil es decir de la boca hacia fuera cuando no sale del corazón.

En el 2013 reciben el Premio Nacional de Derechos Humanos

Con ese Premio nos dimos a conocer más, y mucha gente se sorprendió porque son muchas las organizaciones que trabajan en la defensa de los Derechos Humanos en México, y nos preguntaban que cómo le hicimos para ganarlo y nosotras les decimos que solo con el favor el de Dios y haciendo bien a los demás. Ese reconocimiento yo lo considero como un regalo de parte de él, porque eran 356 organizaciones las que estaban propuestas.

A Las Patronas las propusieron para el Premio Príncipe de Asturias 2015.

Es un trabajo arduo no solo con atender a los migrantes sino con la sociedad civil que no se involucra y los ve como delincuentes y luego que piensan que los migrantes cuando cruzan nos mandan dólares y no es así, solo las gracias recibimos y también creen que la gente que llega de otros países a conocer nuestro comedor nos deja mucho dinero y eso también es falso. La gente piensa que esto es como un negocio. Yo siempre les dije que si fuera cierto que nos pagaran entonces no fuéramos 14 mujeres seríamos 100. Es muy fácil hablar pero tampoco tienen la capacidad de acercarse y ver cómo lo estamos haciendo y mucho menos involucrarse sabiendo que no van a recibir más que las gracias. Y las que se han acercado solo tardan una semana y con la misma se van, porque no es del corazón y esperan recibir algo más.

Los días 14 y 15 de febrero Las Patronas celebrarán por primera vez su aniversario, cumplen 20 años tendiéndole la mano a los migrantes indocumentados que pasan por La Patrona, Veracruz. En sus actividades está una misa que oficiará el Obispo de Saltillo, Raúl Vera, -quién apoya contra viento y marea a los indocumentados que atraviesan México- contarán con la presencia de los sacerdotes Alejandro Solalinde, Pedro

Pantoja y Fray Tomás González. Se hará una procesión en el pueblo.

Cumplimos 20 años pero también es un agradecimiento a Dios a todas y a cada una de las personas que han caminado a nuestro lado todos estos años. Sin el apoyo de quienes donan nosotras no podríamos ayudar a los migrantes y esto es para agradecerles a ellas. Somos un gran equipo. Entre sacerdotes, asociaciones, fundaciones y sociedad civil.

#### *Los 43 estudiantes de Ayotzinapa*

El dolor de ellos es nuestro dolor, así como cada año recibimos a las madres centroamericanas en su caravana buscando a sus hijos migrantes desaparecidos en México. Yo le comento a la gente que cuando fue la masacre de San Fernando que mataron a 72 migrantes indocumentados, no se hizo tanto ruido porque eran migrantes, tuvimos que esperar a que pasara esto con los 43 normalistas para que sintiéramos el dolor que sienten las madres centroamericanas. Les digo, imagínense todo el dolor que se les ha causado a aquellos países hermanos, ahora estamos viviendo en carne propia con estos padres que lamentablemente también están en la lucha.

Es que tenemos que levantar la voz, tenemos que caminar unos con los otros. Apoyándonos y exigiendo esa justicia que todos necesitamos. Hoy estamos aquí pero mañana estamos expuestos todos, necesitamos seguridad, nadie es intocable. No tenemos que ser indiferentes al dolor de las demás personas. Hay que unirnos, hay que echarnos la mano. Yo me doy cuenta cuando viene la caravana de madres centroamericanas, la gente las ve como preguntándose, ¿y éstas qué vienen a hacer? Y yo les digo, acérquense a ver las fotos, tus hijos también pueden migrar. Que conozcan a las mamás y que conversen con ellas y que se enteren por qué vienen. Informar si alguien vio pasar a alguno de las fotografías que llevan las madres colgadas en su cuello.

Que no sean espectadores y que se acerquen. Es tan poco lo que nos piden y nosotros con tanta indiferencia. No entiendo por qué somos así.

*¿Deseás agregar algo para dar por terminada ésta conversación?*

Bueno, decirle a la gente que no discriminemos, que no juzguemos, así como está Centroamérica hoy vive México y así nos vamos, los mexicanos no cantamos mal las rancheras. Nos hace falta solidaridad, el sentir que muchas personas están



viviendo momentos difíciles, que no seamos indiferentes al dolor de las demás personas, no estamos salvos, en cualquier momento nos puede tocar a nosotros. Que nos empecemos a respetar. Todos somos hermanos, no importa la religión, la raza, la nacionalidad, el color.

Nota: si usted desea colaborar con víveres, dinero, ropa o calzado puede hacerlo comunicándose con

ellas en las redes sociales: @LasPatronas\_dh en Facebook: La Patrona.

Por correo electrónico. Norma Romero: lapatrona.laespezanza@gmail.com También le invito a ver el documental La Patrona.

Pasemos de la admiración a la acción, con decirles "que Dios las bendiga" no ayudamos en nada.

Fonte: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=ES&cod=84027> – 12.02.2015

## Vía crucis de una inmigrante

Víctima de violencia de género y abuso sexual cuenta su pesadilla como inmigrante en la Isla, sus retos y cómo logró levantarse y superarse

Esperanza llegó en 2003 a Puerto Rico buscando un mejor porvenir, alejada de la relación tortuosa y tóxica que vivió con su primer esposo en su país natal.

Como otros inmigrantes, llegó aquí sin documentos legales, sin dinero, sin hablar español (sabía inglés), y con apenas algunas piezas de ropa, pero con la esperanza de conseguir un trabajo y rehacer su vida. Lo que nunca imaginó es que iba a vivir la pesadilla de ser maltratada, abusada y violada por personas que ella creía la ayudarían a progresar.

Pero, a pesar del vía crucis que esta madre de dos hijos vivió durante nueve años, Esperanza no se cataloga como una víctima, sino como una sobreviviente que ha logrado superarse, expresó Esperanza (seudónimo para proteger su identidad) en una entrevista con El Nuevo Día en la que compartió su historia.

### *Comienza el infierno*

Esperanza llegó de manera ilegal a Puerto Rico con un hombre de origen puertorriqueño que conoció en la República Dominicana y que le ofreció matrimonio para legalizar su estatus migratorio. Ahí comenzó su pesadilla.

"Ese hombre me puso en un cuartito donde estuve seis meses encerrada, encarcelada con llave. No me permitía salir a la calle hasta que se le pagara el dinero para los documentos. Ese hombre cometió abuso físico, emocional y sexual conmigo", narró.

"Una noche fue al matres donde yo estaba durmiendo y me empezó a quitar la ropa. Le dije: ¿qué tu haces? y él me dijo que lo tenía que dejar

hacerlo. Desde ese día, lo hacía todos los días, aunque yo no quería", relató.

Esperanza sentía que no tenía muchas opciones. Si quería alimentarse tenía que aguantar los abusos de aquel hombre que la restringía de la libertad. Tenía que soportar los golpes físicos, el abuso sexual, las amenazas de muerte, el chantaje y las amenazas de que sería deportada a su país.

"Él era una persona violenta. Me insultaba, me tiraba agua, mojaba el matres donde yo dormía. Me amenazaba con prostituirme a sus amigos. Me sentía menospreciada. Él me decía muchas cosas bien malas", sostuvo.

### *Intenta suicidarse*

Esclava de aquel ciclo de abusos, Esperanza intentó quitarse la vida en varias ocasiones. Llegó a mezclar cloro con otros productos de limpieza pero cuando lo tomaba lo vomitaba. "Como tres veces lo intenté", recordó ella entre lágrimas.

Contó que sufría mucho no poder hablar con su familia porque no tenía teléfono para contactarla.

Luego de seis meses de tortura, Esperanza aprovechó que su agresor se estaba bañando, logró coger las llaves de su bolsillo y escapó del lugar en que estaba prisionera en el área metropolitana de San Juan.

Ya en libertad y con tres meses de embarazo, Esperanza no se atrevió a acudir a la Policía para denunciar a aquel hombre por miedo a que la deportaran. Tampoco sabía español.

Esperanza encontró una mano amiga, una señora, que le ofreció vivir en su casa en el área metropolitana. Esperanza quería trabajar para hacerse de sus pertenencias y ayudar a la señora en agradecimiento.

Solicitó trabajo en un colmado aledaño, cuyo dueño le ofreció pagarle \$40 semanales por barrer, fregar, organizar el colmado, y preparar la comida. Además de trabajar en ese negocio, Esperanza trabajaba limpiando la casa del comerciante, cuya esposa se encontraba fuera de la Isla con sus hijos.

#### *Otro hombre la agrede*

Esperanza, según contó, sentía desesperanza pues pasaban las semanas sin que su jefe le pagara por las horas trabajadas en el colmado y la casa. Un día, con cuatro meses de embarazo, Esperanza limpiaba la estufa de la casa de su jefe cuando vio al hombre detrás de ella con un cuchillo en la mano.

"Me dijo que yo me tenía que acostar con él, y si no, llamaba a Inmigración para que me deportaran o me mataba. Si lo denunciaba también me iba a matar", expresó con voz entrecortada,

¿Qué pensaste en ese momento?", le preguntó El Nuevo Día. "Pensé en pelear con él o dejarlo hacer lo que quisiera".

¿Y que pasó?, se le preguntó. "Me agarró por el cuello y tuvo relaciones conmigo parado en la cocina. Su cuñado estaba durmiendo en la misma casa pero no se dio cuenta. Ese día terminé de limpiar su casa, pero no fui a trabajar al negocio al otro día".

Esperanza sintió coraje y odio hacia ella misma por lo que había sucedido. Tampoco lo denunció.

"Me odiaba a mí misma. Me sentía culpable porque dejé mi país para venir para acá buscando una mejor vida. Yo quise regresar a mi país. Quería que me deportaran. Sentía otra vez ganas de suicidarme", resaltó.

Esta mujer huyó del lugar y en el camino encontró a otras personas que le dieron la mano y trabajo para poder comer y sobrevivir.

Su embarazo seguía en proceso, y pensó en regalar a su bebé cuando naciera. No obstante, casi en la etapa final del embarazo decidió quedarse con el pequeño.

Con los años, Esperanza aprendió español y se buscaba el peso trabajando y ahorrando dinero.

#### *Detiene el patrón maltrato conyugal*

Conoció a otro muchacho en su iglesia, mas no se sentía con el ánimo de entrar en otra relación por la pesadilla que había vivido, a pesar de que este hombre la trataba como una princesa. A los pocos meses se casaron por lo civil.

La pesadilla volvió para Esperanza. Su esposo la celaba, le verificaba el teléfono, la acosaba, quería saber dónde ella estaba en todo el tiempo aún sabiendo que Esperanza había comenzado a estudiar en una universidad.

"Quería tener control sobre mí. Le daban ataques de celos. Sonaba el teléfono y cuando yo contestaba me lo quitaba y él contestaba por mí. Me hablaba malo. Una vez que sonó el teléfono no quiso dármelo y me tiró contra el sofá, y tiró el teléfono contra el piso y amenazó con matarme y matar a mi hijo. Ahí cogí miedo. Le dije que se fuera de la casa pero no quiso. Me decía: "si salgo de aquí te liquido, te mato". Yo no lo podía creer", manifestó ella.

En un altercado en público, la Policía arrestó a su hoy exesposo y Esperanza le puso una orden de protección, la cual él hombre violó en ambas ocasiones.

Temiendo por su vida, Esperanza buscó protección en el Hogar Ruth, un albergue para mujeres maltratadas en Vega Alta. Allí, la ayudaron a ella y a su hijo a obtener vivienda, a recibir terapia psicológica, y la acompañaron en el proceso del divorcio en los tribunales.

#### *No hay que callar*

Como inmigrante, Esperanza recordó que el proceso de divorcio fue atropellante porque los abogados de su expareja la tildaban de mentirosa, de que ella era la que estaba persiguiendo a su exmarido.

"Los abogados me insultaban. No me creían, pero logré el divorcio", expuso ella.

Bairá Soto, manejadora de casos en el Hogar Ruth y quien acompañó a Esperanza en esta entrevista, explicó que la Ley de Inmigración está diseñada para proteger a cualquier inmigrante que ha sido víctima de crimen en esa jurisdicción, pero muchos inmigrantes lo desconocen, además los procesos son arduos pues revictimizan a la víctima.

Esa, a su juicio, es una de las razones por las que muchos inmigrantes víctimas de crimen, especialmente mujeres, callan el abuso y el maltrato que sufren.

"Hay una tendencia a culpar a las víctimas. Si eres víctima de violencia doméstica te dicen que escogiste mal a tu pareja, que debes saber con quién te metes, como si tuvieras una varita mágica. También, si eres víctima de agresión sexual te preguntan qué ropa tenías puestas o qué hora era. Si el proceso es peor, la víctima no va a hablar. La

víctima necesita que la sociedad la escuche y la apoye. Tenemos que liberar esa confianza de que hablen y haya oídos para escucharlas”, manifestó Soto.

Esperanza ha contado a muy pocas personas su historia. Su familia, dijo, aún no conoce su pesadilla vivida por temor a que la critiquen y le reprochen por haber salido de su país. Pero ese pasado no la detiene.

Esperanza está enfocada en continuar sus metas académicas y profesionales y seguir luchando por

su hijo. "A pesar de lo que viví he aprendido a confiar en mi misma, a ser independiente, a saber que uno puede lograr lo que quiere. Yo sigo estudiando para superarme. Pienso que lo pasado es pasado, tengo que levantarme y seguir adelante”, concluyó esta sobreviviente, a quien le gustaría trabajar y ayudar a mujeres que han sido víctimas de violencia doméstica y abuso sexual.

Fonte:

<http://www.elnuevodia.com/noticias/locales/nota/viacrucisdeunainmigrante-2082474/> - 05.08.2015

## El miedo y la desesperación de las refugiadas sirias por proteger a sus bebés

Las madres se esfuerzan por cuidar a sus hijos recién nacidos en condiciones de extrema pobreza y totalmente desamparadas.

Entre las tiendas del campamento informal para refugiados sirios en Jordania, las mujeres se esfuerzan por cuidar a sus recién nacidos entre tormentas de arena y una pobreza abrumadora. Más de 4 millones de sirios han huido del país y ahora están registrados como refugiados, según Naciones Unidas.

La mayoría afronta circunstancias desesperadas, incluso en campos registrados en Jordania como Zaatari. Pero los que viven en campamentos extraoficiales, como el que se encuentra cerca de la localidad jordana de Mafraq, afrontan duros dilemas como vivir cerca de sus empleos en granjas locales o disfrutar de más libertad. La agencia AP fotografió a un grupo de mujeres mientras estaban embarazadas. Volvió a verlas y a retratarlas una vez que dieron a luz.

Wadhá Hama, de 22 años y que acaba de dar a luz a su primogénito, Ra'fat, dejó claros los desafíos a los que se enfrentan los refugiados: "El invierno es muy frío, el verano es caluroso y seco. Mi esposo apenas trabaja, y algunas de las decisiones que tuvimos que tomar fueron sobre qué es más importante: Comprar pan para alimentarnos o medicinas en caso de que lo necesite mi hijo. Un día de tratamiento para mi bebé que sufría diarrea es como un mes de trabajo para mi marido".

Talia Farhan, de 33 años y nativa de Dará, Siria, dijo que su quinto hijo, Belal, nació entre las tiendas de Mafraq pero tenía buena salud hasta el día en que una tormenta de arena golpeó su campamento. "Nuestra tienda se nos cayó encima. Tomé a mi recién nacido en brazos y corrí sin rumbo con mis otros hijos hasta que todos nos escondimos en la tienda de un vecino durante dos

horas, hasta que se calmó la tormenta", recuerda la mujer. "En esas dos horas no dejamos de llorar, daba mucho miedo. Hasta ahora, todos mis hijos sufren infecciones por el polvo".

Mona Husein, de 33 años y oriunda de Hasaké, en Siria, dio a luz a Zahra, su tercera hija, justo antes de la tormenta. "Nos quedamos solos. Nadie viene a vernos. Vivimos en la depresión", relató. "El día de la tormenta, hace unas semanas, creí que todos íbamos a morir. Abracé a mi hija y no paraba de llorar".

Jalida Musa, de 28 años, que llegó a Mafraq desde los alrededores de la capital siria, Damasco, tuvo hace poco a Abdulélá, su cuarto hijo. "Tuvimos que pedir dinero prestado para que diera a luz, y hasta ahora mi marido no lo ha devuelto. No puede permitírsele", contó.

Fidá Ali, de 18 años y procedente de Ghuta al-Sharquiya, en Siria, dio a luz a su primera hija, Jadija, el 14 de agosto. También teme los gastos médicos. "Hace dos años salimos de Siria sin nada y hoy no tenemos nada. Ojalá alguien se acercara a nosotros, nos ayudara, nos sacara de la miseria", dijo Ali. "Al día siguiente me desperté preguntándome cómo voy a criar a mi hija en esta tienda. ¿Qué haré si enferma?".

Bushra Eidah, de 16 años y también de Ghuta al-Sharquiya, sabía que la vida sería más dura con el nacimiento de su hija Salam, y sigue sintiéndose decepcionada en este "mundo injusto".

"Antes éramos dos y ahora somos tres", dijo Eidah. "Cuando sólo éramos mi marido y yo, no importaba si dormíamos con hambre, pero ahora tenemos una hija y no sabemos cómo vamos a alimentarla".

A Mahdiya Aljalid, de 36 años y nativa de Hama, también le preocupaba el futuro cuando se quedó embarazada de su segunda hija, Mariam. Ahora

que la niña tiene cuatro meses y medio, esos desafíos parecen aún mayores. "Somos los que vivimos fuera de los campos registrados en condiciones miserables", dijo Aljalid. "Mi esposo no tiene trabajo. Todo lo que queremos es que la gente nos ayude y nos preste algo de atención".

Huda Alhumaidi, de 30 años y también de Hama, simplemente no sabe qué hacer tras el nacimiento de su séptimo hijo, Islam. "No tengo palabras, no me quedan palabras". Y agregó: "Aquí estamos abandonados. Sólo quiero volver a mi país. Incluso si tenemos que empezar desde cero allí, porque

perdimos nuestro hogar, al menos podremos vivir con dignidad".

Pero no todo está perdido para estas madres que viven en tiendas, como Huda Alsayil, de 20 años y procedente también de Hama. Tras tener a su primer hijo, Mezwid, pese al temor a complicaciones médicas, Alsayil dice que ahora se siente "completa" por primera vez en meses. "Tenerlo en brazos se siente como el mejor regalo que podría recibir", dijo.

Fonte: [http://www.clarin.com/mundo/miedo-desesperacion-refugiadas-sirias-proteger-bebes\\_0\\_1418858329.html](http://www.clarin.com/mundo/miedo-desesperacion-refugiadas-sirias-proteger-bebes_0_1418858329.html) - 25.08.2015

## Las latinoamericanas que viajan a dar a luz a EE.UU.

*EEUU garantiza el derecho a ciudadanía a quienes nacen en su territorio. Esto lleva a algunas madres a dar a luz en ese país*

En cuanto los ecuatorianos Mónica y Raúl supieron que iban a ser padres lo tuvieron claro, viajarían a Estados Unidos cuando llegara el momento de dar a luz pensando en que su hija tendrá más oportunidades en el futuro como estadounidense.

"Decidimos ir a Miami porque pensamos en el futuro de nuestra hija. Pensamos que cuando ella crezca va a tener más puertas abiertas para estudiar, para acceder a un mejor trabajo y ser una mejor profesional", explicó a BBC Mundo Mónica Gordon, una psicóloga ecuatoriana de 34 años que ejerce en su país.

Todo bebé nacido en territorio de Estados Unidos tiene derecho a la ciudadanía estadounidense sin discriminar la nacionalidad o la condición migratoria sus padres.

Al igual que Mónica, madres latinoamericanas con cierto nivel económico, deciden viajar a ciudades como Miami, en Florida, o El Paso, en Texas, durante el último trimestre del embarazo donde reciben atención médica personalizada que contratan desde sus países.

Es lo que se conoce como "turismo de partos" y que ha estado en el centro del debate político estadounidense en las últimas semanas a raíz de las críticas expresadas por el precandidato republicano Donald Trump.

### *Nacionalidad estadounidense*

Siendo estadounidense la niña no tendrá trabas en el futuro para trabajar en el país y tendrá las mismas ventajas que cualquier otro estudiante estadounidense a la hora de solicitar una plaza en la universidad.

Mónica Gordon subraya que "EE.UU. es uno de los países que tiene mayor entrada para otros países, las puertas se le abren mucho más a un ciudadano de EE.UU. que de otro país".

Además, en su caso, temerosa de "tantas negligencias que se escuchan acá" dice que quería dar a luz con otras comodidades como anestesia epidural.

### *Derecho cuestionado*

La enmienda 14 de la Constitución de EE.UU. que consagra la nacionalidad a toda persona nacido en el territorio del país, ha sido periódicamente cuestionada por ciertos grupos políticos que consideran que fomenta la inmigración ilegal.

La familia Salazar señala que su intención no era quedarse en Estados Unidos sino darle más oportunidades a la pequeña Maddison, que nació en mayo en Miami.

La opción de tener un hijo en EE.UU. ha abierto un nicho de mercado.

Las familias con cierto nivel económico recurren a servicios como "Tener mi bebé en Miami" donde cuentan con paquetes que incluyen la atención médica durante los últimos meses de embarazo y las primeras semanas del vida del bebé.

El doctor Wladimir Lorentz, brasileño con 17 años de experiencia como pediatra en Miami, lanzó este sitio de internet para dar asistencia a mujeres brasileñas y otras latinoamericanas que buscan estas prestaciones en su propio idioma.

"Este tipo de población ya venía por cuenta propia, lo que hice fue organizar la información para que tengan una persona para atenderlos y tenga



acceso al soporte necesario cuando estén aquí", explica a BBC Mundo.

Lorentz asegura que solo presta servicios médicos y no da paquetes completos que incluyen alojamiento, como lo hacen otras agencias que, a su juicio, "abusan" del desconocimiento del funcionamiento del país para cobrar elevadas cifras.

"Yo no tengo ningún interés financiero en la estadía de ellos aquí, en transporte, nada, yo solo tengo información de cosas que pueden necesitar cuando estén en este país".

El costo de sus servicios van de los US\$9.840 por parto vaginal o si es por cesárea asciende a US\$11.390. Esto incluye exámenes de la madre, anestesia epidural, gastos del hospital y atención pediátrica al bebé. "Seguimos rigurosamente la legislación y todos nuestros profesionales son certificados".

#### *"Completamente legal"*

Rodolfo Gámez, portavoz "Doctores para ti", una clínica que ofrece estos servicios en El Paso, Texas, defiende que dar a luz en EE.UU. siendo extranjero es "completamente legal".

"Ninguno de nuestros pacientes es un inmigrante ilegal, que parece que es la polémica ahora. Confunden el 'turismo de maternidad' con la gente que entra de manera ilegal para tener sus bebés aquí".

Su clínica pide la documentación para comprobar que entraron al país de manera legal y sus pacientes pueden acreditar en la frontera que tienen solvencia económica pagando de antemano los servicios que van a recibir.

En este caso US\$5.450 dólares por parto vaginal y US\$7.065 por parto por cesárea.

En 2014 las pacientes de su clínica fueron procedentes de México (41%), Venezuela (22%), Nigeria (16%) e Irlanda (6%).

El obstetra colombiano Ernesto Cárdenas de Bayshore Womens Healthcare, que trabaja también en Miami, señala que sabe que algunas mujeres dan a luz en EE.UU. por la nacionalidad pero "hay muchas pacientes que vienen legítimamente porque los servicios médicos en EE.UU son superiores a los de su país".

En los últimos tres años, por ejemplo, ha notado un incremento de las pacientes procedentes de

Venezuela "donde hay problemas de seguridad y las personas de altos ingresos están bajo ciertas presiones por lo que prefieren terminar su embarazo de manera tranquila".

Entre sus pacientes latinoamericanas hay además mujeres procedentes de Colombia, Brasil y ha visto algún caso de Ecuador y Chile.

#### *¿Cuántas madres?*

Es difícil cuantificar las mujeres que vienen a Estados Unidos a dar a luz a para conseguir la nacionalidad estadounidense para sus bebés.

El Centro de Estudios sobre Inmigración (CIS por sus siglas en inglés) calcula que anualmente se dan unos 36.000 casos de "turismo de parto", una cifra que sale de comparar los datos del número de madres extranjeras que dieron a luz en comparación con las registradas en el censo.

"Algunas vienen con visas de turista y algunas simplemente cruzan andando la frontera", explicó a BBC Mundo Jon Feere, experto en asuntos legales del CIS.

Su procedencia: China, Rusia, Turquía, Nigeria, México y otros países de Latinoamérica como Venezuela, Colombia y Brasil.

Feere cree "que mientras el turismo internacional se convierte en algo más accesible veremos un incremento del 'turismo de partos'".

Habitualmente esta práctica se asoció a personas de altos recursos, pero según el experto ya "no es algo limitado solo a los ricos" y padres de "clase media" también se están planteando esta opción pero "es muy difícil de calcular" puesto que el gobierno federal no lo registra.

#### *Repetir experiencia*

En Ecuador, Mónica Gordon sabe de otras conocidas de su entorno que también han hecho lo mismo.

La psicóloga está al tanto de las declaraciones del aspirante republicano a la candidatura presidencial Donald Trump contra la 14 enmienda pero "espero que todo siga como hasta ahora", confiesa.

Y si tuviera otro hijo lo tiene claro: "no lo dudaría, regresaría a Miami".

Fonte: <http://elcomercio.pe/mundo/actualidad/latinoamericanas-que-viajan-dar-luz-eeuu-noticia-1845032> - 01.10.2015

## El espíritu emprendedor de las migrantes

A pesar de la alta concentración en trabajos mal pagados, es notable la capacidad de emprender de las migrantes. Datos del censo de 2010 en EU indican que 40% de los negocios de inmigrantes son de mujeres. Esta cifra representa 20% de los negocios de mujeres en general.

La participación de las mujeres en la migración internacional se ha incrementado en las últimas décadas. En Estados Unidos, casi la mitad de los inmigrantes son mujeres y desempeñan un papel muy importante en la economía y en la sociedad. Cabe destacar que la mayoría no llega a la comunidad de destino como dependiente con el sólo propósito de acompañar a su pareja, sino como trabajadoras con el objetivo de generar un ingreso.

De acuerdo con el American Community Survey 2013, hay 13.1 millones de inmigrantes trabajadoras en Estados Unidos. Esto representa 7% del total de la fuerza laboral. Alrededor de 50.3% de las mujeres trabajadoras inmigrantes proviene de América Latina, y México ocupa el primer lugar. Sin embargo, las mujeres inmigrantes trabajadoras se concentran en ocupaciones que reciben salarios muy bajos, principalmente empleadas domésticas, servicio de limpieza y cuidado social.

A pesar de la alta concentración en trabajos mal pagados, es interesante notar la capacidad de emprender de las mujeres. De acuerdo con datos del censo de 2010, 40% de los negocios de inmigrantes pertenece a mujeres. Esta cifra representa 20% de los negocios de mujeres en general.

No obstante las condiciones de vulnerabilidad y el enfrentamiento con obstáculos al llegar a Estados Unidos, las mujeres tienen un fuerte espíritu emprendedor. El porcentaje de mujeres inmigrantes que emprende un negocio es mayor que el de las mujeres nacidas en Estados Unidos. Esta tendencia ha ido aumentando en la última década, ya que en 2000, 5% de mujeres inmigrantes y de mujeres nacidas en Estados Unidos eran fundadoras de sus propios negocios. En 2010, la cifra pasó a más de 9% para las mujeres inmigrantes, mientras que las estadounidenses se mantuvieron en 6.5%.

Las tres actividades económicas en las que se concentra la mayor parte de las empresas de mujeres migrantes en Estados Unidos son servicios de salud y asistencia social; otros servicios,

excepto administración pública, y comercio al por menor. Las empresas de migrantes hispanas proveen fuentes de empleo para la comunidad; aproximadamente 4% del total del empleo en las empresas de mujeres en Estados Unidos. Asimismo contribuyen notablemente al crecimiento del producto interno bruto.

Sumado a las ventajas económicas, tener un negocio propio en Estados Unidos promueve cambios positivos en las relaciones de género dentro del hogar. Las mujeres se empoderan, ya que además de generar un ingreso y ser independientes, participan activamente en su comunidad. Las oportunidades económicas en los países de destino pueden incrementar el espacio de negociación entre hombres y mujeres. Las mujeres tienen más herramientas para hacer valer sus derechos y no quedarse calladas ante las injusticias.

En el trayecto hacia Estados Unidos en busca de una mejor vida, las mujeres se enfrentan a innumerables peligros y peripecias. Lamentablemente, al llegar a su destino siguen siendo víctimas de abuso y discriminación. Un alto porcentaje son indocumentadas y esta situación legal las hace más vulnerables a la explotación en el lugar de trabajo. No tienen acceso a servicio médico u otro tipo de seguridad social, y sus derechos laborales son constantemente violados. El tráfico de personas es una forma común de maltrato que afecta más a las mujeres y a los niños. Asimismo, las mujeres indocumentadas corren el riesgo de perder a sus hijos nacidos en Estados Unidos al ser detenidas y deportadas.

Las mujeres son una herramienta clave en el combate a la pobreza y el fomento del desarrollo social. Las mujeres inmigrantes de origen hispano en Estados Unidos son una fuente constante de vitalidad económica y contribuyen al crecimiento de las comunidades de origen y de destino. Son jefas de familia, trabajadoras, pagadoras de impuestos y consumidoras. Son un potencial emprendedor que tiene la capacidad de generar empleos y aumentar su ingreso para mejorar la calidad de vida de sus familias. Por esta razón, es importante disminuir las barreras que impiden el desarrollo integral de las mujeres migrantes. Miles de mujeres arriesgan su vida y llegan a Estados Unidos en busca de un sueño, y desde los diferentes sectores debemos impulsarlas para lograrlo.

Fonte: <http://www.forbes.com.mx/el-espíritu-emprendedor-de-las-migrantes/> - 21.10.2015

## ITALIANO

### Essere donne al tempo dell'immigrazione

*Sara Carucci*

*A tutte le donne*

*Spaccarono la tua bellezza*

*e rimane uno scheletro d'amore*

*che però grida ancora vendetta*

*e soltanto tu riesci*

*ancora a piangere,*

*poi ti volgi e vedi ancora i tuoi figli,*

*poi ti volti e non sai ancora dire*

*e taci meravigliata*

*e allora diventi grande come la terra*

*e innalzi il tuo canto d'amore*

*Alda Merini*

“Avevo due scelte: rimanere, accudire i miei figli e farli morire di fame insieme a me; o scappare, accettando di correre il rischio di morire per l'illusione di aver creduto che dall'altra parte del confine la vita fosse più agevole. O perlomeno più dignitosa. Non mi piaceva nessuna delle due opzioni, ma da madre non potevo escludere alcuna possibilità, neanche la più remota, di possibile miglioramento della vita dei miei figli”.

Una storia come quella di Maria Zibrovnic, emerge tendenzialmente solo quando la cronaca si tinge di nero. Tendenzialmente, per l'appunto: perché è pur sempre preferibile continuare ad attribuire ad Eva ragioni e mancanze le cui responsabilità sarebbero da ricercare invece altrove.

Esser donne al tempo dell'immigrazione non è mai stato forse così complesso e gravoso. Il fenomeno ha origini lontane: è dai primi anni '80 che si è andati gradualmente ad assistere ad un vero e proprio processo di femminilizzazione nonché riconversione di genere dei flussi migratori.

Storie come quella di Maria Zibrovnic, originaria dell'Ucraina, sono dimostrazione di come negli ultimi anni si sia andati assistendo ad un tanto progressivo quanto sostanziale mutamento della figura della stessa donna migrante: da soggetto

passivo del processo migratorio, relegata alla sola condizione di migrante al seguito, a “pioniera”. Pioniere fautrici di quella comunemente denominata “rivoluzione rosa”, che prende forma all'interno dei reticoli più intrinseci della società di provenienza: ne sovvertono gli ancestrali ordini gerarchici e patriarcali, rendendosi in tal modo protagoniste dirette e non comparse all'interno dell'esperienza migratoria, dando così luogo ad un piano strutturato di ordine familiare ben articolato... garantire un futuro alla famiglia non espatriata, abbandonando così il tradizionale ruolo di housewife.

Esser donne al tempo dell'immigrazione non è mai stato così complesso e gravoso, perché la precarietà occupazionale, non è il solo rischio cui queste donne vanno incontro: “fui fortunata: trovai subito una prima occupazione. Raccoglievo i mandarini in una campagna del tarantino e il padrone ci offriva anche l'“alloggio”, che in realtà era un vecchio rudere in cui lavoratori e lavoratrici condividevano gli spazi in promiscuità, senza alcuna privacy e in assenza di dignitosi servizi igienici. Arrivò il giorno in cui a me e ad altre connazionali offrirono la possibilità di racimolare qualche soldo in più, solo se ci fossimo dimostrate disponibili a caricarci di alcuni “straordinari particolari”. Fu allora che decisi di scappare: eravamo bestie. E le bestie non si lamentano”.

Un dramma, quello degli abusi sessuali sia di natura fisica, che psicologica, che difficilmente emerge dalle cronache ufficiali: le organizzazioni che si sono negli anni occupate dello studio di questo fenomeno, attestano la frequenza di questi avvenimenti al 17% delle migranti sopraggiunte sul territorio italiano. Un fenomeno, che come tutti i casi di abusi e violenze sessuali trae le sue origini all'interno della cultura tipicamente sessista, maschilista e machista del nostro Paese, ma che relazionata alla realtà migratoria, risulterà essere doppiamente drammatico: la completa spolticizzazione del lavoro delle donne migranti, insieme al timore di ripercussioni di natura giuridica

e penale, fa sì che tali vicende continuino a stanziare e proliferare nell'indifferenza che le avvolge.

“Dobbiamo imparare ad esser sole. Dobbiamo imparare a contare su noi stesse”. Queste parole di Maria Zibrovich sembrano suonare come un mantra, ripetuto dalle associazioniste durante marce e lunghi cortei.

Queste parole risuonano come raccomandazione e volontà ad una presa di coscienza: imparare che non sempre chi ci è attorno può realmente comprendere quelli che possano essere i nostri disagi, le difficoltà quotidiane provocate da un mondo duro a cui spesso manca la più pura e pulita dolcezza che può essere solo donna, materna. Imparando a contare solo su noi stesse, potremo trovare la forza di reagire condividendo angosce e difficoltà solo con chi può realmente comprenderle senza retorica: solo con donne, come noi.

Oggi Maria è una donna rinata. A dire il vero, come direbbe lei, quella che sta vivendo è ad oggi la sua “terza vita”: la seconda ha avuto inizio a seguito di QUEL viaggio di fortuna, che l'ha voluta approdare in terra pugliese a partire dalla fine del 1990. “Subito dopo la crisi economica post indipendenza nazionale, abbandonai lacerata nel cuore, il mio Paese. Delle conoscenze di vecchia data mi dissero che nel vostro Paese vi era possibilità di lavoro, e che vi erano parecchie richieste per le collaborazioni nelle campagne del sud per la raccolta degli agrumi...e così partii. Ma confesso che un po' di frustrazione ancora la provavo: in Ucraina potevo essere considerata appartenente al comune ceto medio alto, e grazie alla mia laurea in legge ho potuto praticare presso diversi (e in alcuni casi anche prestigiosi) uffici legali della mia capitale. Prima che la crisi ci investisse, e sovvertisse le nostre vite”.

Da brillante laureata in legge a raccoglitrice di agrumi nella campagne del tarantino, il passo di Maria non è stato poi così breve. Ma la vita o, chi per lei, ha voluto rimetterla nuovamente alla prova. E per fortuna: perché è da quel momento che ha inizio la sua terza vita. “Abbandonai il lavoro nei campi, perché non volevo morire schiava. Ma per salvare la mia dignità, avevo compromesso quella che era allora la mia principale necessità: un'occupazione stabile e degnamente retribuita. Mi diressi allora in città, a Bari dove avevo alcuni concittadini, gli stessi che mi avevano incoraggiato a partire. Loro erano stati decisamente più fortunati di me: avevano trovato occupazione presso un locale panificio, e anche se la paga non era di certo entusiasmante, la loro posizione poteva considerarsi più che dignitosa. Ma la fortuna non si era dimenticata di me così come credevo, e presto bussò di nuovo alle mie porte: avevo fatto amicizia con una donna, la vicina dei miei amici; una persona buona, e solo in apparenza impenetrabile (ma questo lo capì dopo).

Non appena seppe che ero in ricerca di un'occupazione le si illuminarono (A LEI!!) gli occhi! E capì subito perché: Nadia accudiva da sola la madre, all'epoca 80enne affettata da una brutta patologia. Figlia unica, con un lavoro che l'assorbiva totalmente ed in più una famiglia con annessi figli piccoli da accudire, Nadia aveva bisogno d'aiuto. Ed io, di certo, non mi tirai indietro”.

Oggi Maria vive ancora a Bari, ed accudisce ancora la signora Elvira, e a me che ascolto incredula la sua storia, la storia di una donna rinata come un'araba fenice da ogni sconfitta e riamersa da ogni sorta di dolore, con modestia dice: “ero SOLO la persona giusta, al momento giusto”.

Fonte: <http://www.yallaitalia.it/2015/01/essere-donne-al-tempo-dellimmigrazione/#sthash.rlqHNFJ1.dpuf> – 19.01.2015

## **Donna e straniera: riflessione sull'immigrazione**

*In occasione della Giornata Mondiale per l'eliminazione delle discriminazioni razziali, che si celebra in tutto il mondo il 21 marzo, l'UNAR (Ufficio Nazionale Antidiscriminazioni Razziali del Dipartimento per le Pari Opportunità della Presidenza del Consiglio dei Ministri) organizza, dal 16 al 22 marzo, la Settimana di azione contro il razzismo, campagna di sensibilizzazione contro ogni forma di razzismo e xenofobia che, nel 2015, giunge alla sua XI edizione.*

*Cotrina Madaghiele*

L'Associazione Genere Femminile, in collaborazione con l'Associazione "Primoconsumo" e l'Associazione "Interculturale Griot", ha organizzato un incontro-dibattito sulla condizione

delle donne straniere in Italia. L'evento è stato anche un'occasione per rileggere il principio di non discriminazione di cui all'articolo 3 della Costituzione Italiana e i temi legati all'immigrazione,



all'integrazione e all'inclusione sociale, delle donne straniere e dei gruppi sociali più vulnerabili, in particolare.

#### *I fattori che influiscono sull'integrazione*

La conoscenza del fenomeno migratorio risulta ancora limitata, offuscata da luoghi comuni e paure. Le discriminazioni su base etnico-razziale riguardano oltre due terzi delle segnalazioni pervenute all'UNAR.

Situazioni di discriminazione degli immigrati in diversi ambiti del loro inserimento nella società italiana riguardano l'accesso alla casa, la canalizzazione verso gli studi superiori, il tasso di impiego lavorativo, la tenuta occupazionale.

Al fine di realizzare una effettiva integrazione, è fondamentale superare le discriminazioni. Tuttavia, è difficile definire in maniera univoca l'integrazione e le stesse politiche migratorie dei diversi Paesi o le strategie delle Regioni e degli altri Enti Locali non sono univoche. Si può, però, trovare una base comune nel ritenere che si realizzi una positiva integrazione quando gli immigrati hanno possibilità di inserirsi con soddisfazione nel nuovo contesto che li accoglie e si attiva un fruttuoso scambio su un piano di parità di diritti e di doveri, e quindi di opportunità. Una serie di fattori possono favorire una situazione di inserimento positivo: la casa, il lavoro, l'aver con sé la propria famiglia, l'accesso ai servizi di welfare, la scuola per i figli, il conseguimento della cittadinanza e così via. Su questi fattori sono chiamate a intervenire le scelte dei politici e degli amministratori per garantire una situazione di parità di trattamento degli immigrati rispetto ai cittadini autoctoni, evitando che si realizzino discriminazioni in ambiti ritenuti fondamentali per la buona riuscita dei processi di integrazione. È su di essi che ha concentrato l'attenzione il Consiglio Nazionale dell'Economia e del Lavoro, che fin dai primi anni del 2000 ha dedicato un rapporto annuale all'individuazione degli Indici di integrazione degli immigrati nei contesti territoriali (grandi aree, regioni e province) fornendo indicazioni utili al miglioramento delle politiche di integrazione degli enti locali, chiamati a incrementare il loro potenziale di integrazione e a garantire condizioni effettive di inserimento socio-occupazionale più equilibrate tra italiani e immigrati.

#### *Le donne immigrate in Italia*

La componente femminile è un elemento strutturale dell'immigrazione in Italia e rappresenta più della metà della popolazione straniera residente, il 52,7%

sul totale alla fine del 2013. È la donna che svolge il ruolo di mediatrice tra la sua famiglia e il mondo esterno, a partire dalla scuola e dagli uffici e servizi pubblici, favorendone l'integrazione. Tuttavia non esistono ancora in Italia politiche specifiche in risposta alla progressiva femminilizzazione dei flussi migratori e gli studi complessivi sulle migrazioni di genere risultano ancora pochi. Per ridare senso all'identità e alla vita sociale di queste donne occorre favorire i processi di adattamento alla nuova realtà, sostenendo l'acquisizione di autonome capacità di integrazione, a partire dal mondo del lavoro.

Quali sono i problemi maggiori delle donne straniere in Italia? E cosa chiedono? Negli ultimi anni si è assistito a una immigrazione femminile più marcata rispetto a quella maschile non solo per i ricongiungimenti familiari ma soprattutto a seguito delle occupazioni legate ai servizi alle famiglie. La larga maggioranza tra le donne immigrate, circa 8 su 10, è presente per motivi di lavoro o di ricongiungimento familiare.

Secondo i dati riportati sul Rapporto annuale del Dossier Statistico Immigrazione 2014, anche per le donne straniere si ripete il fenomeno che si registra tra le donne italiane: è occupato il 69,2% di donne senza figli contro il 44,8% di chi ha figli.

L'occupazione principale delle donne immigrate resta il lavoro di cura: una donna su tre lavora nel settore dei servizi di assistenza alla persona. Discriminazione, ritmi di lavoro pressanti, mancanza di tempo. Sono questi i principali problemi evidenziati dalle donne straniere. A questo bisogna aggiungere il dolore per la lontananza dai figli, la cui crescita nei Paesi d'origine lontano dalle madri è diventata in alcuni casi un'emergenza sociale. Il problema principale della vita delle donne immigrate in Italia resta la mancanza di tempo: lavorano spesso anche il sabato e la domenica. Si evidenzia un forte desiderio di integrazione, che dovrebbe passare in primo luogo attraverso un più scorrevole procedimento per l'ottenimento del permesso di soggiorno e attraverso il riconoscimento dei loro titoli ottenuti nei Paesi d'origine. Sarebbero necessari anche maggiori sportelli dedicati alle donne immigrate per accoglierle, sostenerle, aiutarle a risolvere i problemi familiari, orientarle psicologicamente per migliorare l'autostima e realizzare così passo per passo la loro integrazione. Le donne immigrate dovrebbero accedere ad una occupazione più qualificata affinché la loro distribuzione occupazionale sia pari a quella degli autoctoni. La mobilità intersettoriale sarebbe particolarmente

vantaggiosa. Un altro aspetto è la realtà delle donne immigrate al seguito degli uomini e che svolgono solo il ruolo di mogli e madri, in continuità con le tradizioni culturali dei paesi di origine.

Le donne straniere che arrivano in Italia a seguito dei congiunti maschi da quei Paesi segnati da una matrice culturale e religiosa diversa, specie per quel che riguarda la condizione femminile, si trovano ad affrontare un vero e proprio shock culturale e, come responsabili della cura dei figli devono interagire in modo attivo con il nuovo contesto, entrando in contatto con le istituzioni e le pubbliche amministrazioni.

In questo caso, è indispensabile favorire i complessi processi di adattamento alla nuova realtà. Sarebbe auspicabile anche favorire l'imprenditoria femminile. La crescita imprenditoriale straniera nel nostro Paese è il naturale evolversi di un processo di integrazione ma, oltre i tre quarti dell'imprenditoria immigrata è riferibile alla componente maschile della popolazione (75,5%, pari a 53.700 imprenditori) a fronte di un più esiguo contributo di quella femminile (24,5% pari a 17.400 unità).

In questo caso occorrono adeguate politiche e misure di intervento istituzionali, informazioni su un uso consapevole dei servizi bancari e di accesso agli strumenti di credito, garantire l'effettiva conoscenza e l'efficace utilizzo degli strumenti di tutela legale previsti dall'ordinamento italiano. E poi, non dimentichiamo che stanno crescendo anche le seconde generazioni di immigrati e i problemi che pongono sono diversi da quelli dei loro genitori. Sarebbe favorevole assicurare ai giovani immigrati di seconda generazione percorsi di integrazione adeguati alle dinamiche di interazione fra culture diverse. Una particolare attenzione va

alle donne ridotte in schiavitù che subiscono un doppio sfruttamento, sessuale e lavorativo. Fare una stima del numero delle donne che vivono queste continue violazioni è impossibile. Molte lavorano in nero e non denunciano per paura delle conseguenze, subiscono in silenzio le violenze. Si tratta di lavoratrici vulnerabili, sottopagate, soggette a ricatti sessuali e occupazionali. Per una donna, essere irregolare vuol dire essere soggetta alla minaccia di essere denunciata e di conseguenza spesso rimpatriata se non si accettano ricatti sessuali.

C'è un doppio sfruttamento: in quanto donna e in quanto straniera; in quanto sfruttata lavorativamente e sessualmente.

Per concludere, l'inclusione sociale delle donne immigrate e dei gruppi sociali più fragili rappresenta una tappa importante per un Paese in cerca del proprio modello di integrazione e di un'efficace opera di promozione della cultura dell'uguaglianza e delle pari opportunità. Fondamentale è promuovere ed agevolare l'inserimento dei minori nel sistema scolastico e formativo e favorire il diritto allo studio universitario degli studenti immigrati. Importante è favorire, anche attraverso appositi servizi di mediazione interculturale, il reciproco riconoscimento e la valorizzazione delle diverse identità culturali. Impegnarci per una società coesa e dinamica, dove ognuno fruisca di pari diritti, doveri e opportunità ci deve coinvolgere tutti: istituzioni, cittadini italiani e cittadini stranieri, il mondo dell'associazionismo.

Solo così possiamo contribuire ad abbattere gli stereotipi e ad ampliare gli orizzonti conoscitivi.

Fonte: <http://www.combonifem.it/articolo.aspx?a=7272&t=G>  
18.03.2015

## Donne immigrate, le loro storie

*Siamo abituati a sentir parlare di immigrati quasi sempre solo attraverso la tv, come se fosse una realtà da noi distante. Ma chi sono, quali drammi vivono e su quali organizzazioni possono fare affidamento le donne che arrivano in Italia da altri paesi alla ricerca di un futuro migliore? D.it ha raccolto le storie di alcune di loro*

*Chiara Daina*

Lyudmyla arriva a Napoli in pullman. Ci mette quattro giorni da un piccolo paese vicino a Donetsk, in Ucraina. È il 2001. Non parla italiano. Sa solo che lì ci sono altre ucraine, immigrate prima di lei, che in meno di un giorno le trovano un posto come badante. "Per qualsiasi cosa potevo contare su di loro e sulla famiglia della signora che curavo", racconta. "Dopo sei mesi mi sono trasferita a

Roma". Il suo punto di riferimento diventa l'Associazione delle donne lavoratrici ucraine, nata nel 2004, la più importante della capitale, che fornisce assistenza per documenti, lavoro, madri a distanza, salute, lingua, cultura, cucina. "Spieghiamo come si devono comportare con gli italiani, quali ingredienti usare, come funziona la sanità, che è gratuita per le irregolari facciamo

prevenzione per il cancro al seno e all'utero" spiega Svitlana Kovalska, la responsabile. "Abbiamo collaborato con Acli, Aiom e ospedale San Camillo. Prima di noi c'era il deserto. Ora è diverso, la comunità è cresciuta, ci sono tanti giornali in ucraino". "Io scoperto l'associazione grazie a un'amica", continua Lyudmyla. "Ero sola, disorientata. Una volta alla settimana mi incontro con le altre socie, ho seguito un corso di informatica e uno di skype per sentire i miei figli in Ucraina". Oggi ha 55 anni, vive a Domodossola e fa la babysitter. "Tramite i social network ho contattato un'altra amica che vive qui. Mi sono integrata, non voglio lasciare l'Italia". L'associazione da un paio di mesi non ha più una sede e un sito web. "Abbiamo finito i soldi, non ci sono bandi", stringe i denti Svitlana. "Ci resta la Chiesa ortodossa, di domenica vanno tutte lì per darsi una mano".

"Il 70 per cento senza marito e quasi tutte disinformate": Ana Mancero, ecuadoregna a Milano, è presidente di Para todos, associazione che offre consulenza con avvocati e psicologi alla comunità latinoamericana. "L'unica preoccupazione che hanno", dice, "è trovare un lavoro stabile per spedire i soldi alla famiglia. Fanno le colf, le operatrici sanitarie o le badanti. Noi insegniamo a scrivere il curriculum. Difficilmente usano internet per cercare informazioni, l'idea è che le cose si fanno meglio tra amici". Il passaparola è la regola di sopravvivenza. "La salute è l'ultima cosa a cui pensano. Se stanno male ma non hanno ancora il permesso di soggiorno non vanno alla Asl o al pronto soccorso, hanno paura di essere buttate fuori. La prevenzione sanitaria non sanno neanche cosa sia". Il Comune insieme alla Casa dei diritti a marzo ha lanciato la campagna "Onda d'urto", un ciclo di 11 incontri contro il tumore al seno destinato alle donne straniere. "Non più di cento alla volta, ce ne aspettavamo di più", ammette Miriam Pasqui del centro in via De Amicis. "Abbiamo distribuito le brochure nelle biblioteche rionali, anagrafi, consigli di zona. Stiamo traducendo dei piccoli manuali antiviolenza così sanno a chi rivolgersi in caso di bisogno".

La violenza tra le mura domestiche è il dramma che vivono le donne arabe. A due passi da Piazza Navona, al terzo piano di una palazzina fatiscente c'è Acmid, la onlus delle donne marocchine, fondata nel 1997 da Souad Sbai, che coordina una rete di 80 associazioni satellite sparse sulla Penisola. Uno dei progetti è il numero verde 800911753 per le vittime di maltrattamenti, inserito nelle agende dei comandi di polizia e dei comuni di tutta Italia. "Riceviamo ottomila richieste di aiuto in

un anno", dice uno dei 20 operatori del centro. "Garantiamo assistenza legale e psicologica. Organizziamo eventi culturali, sul Corano, la Torah, l'ultimo era su Leopardi, e corsi di italiano per chi è appena arrivata e di arabo per le ragazze di seconda generazione".

C'è una stanza trasformata in biblioteca. Qui due volte al mese un ginecologo e un infermiere incontrano una trentina tra nordafricane e siriane. "Devono capire che non c'è differenza tra medico uomo e donna". Qualche anno fa Acmid insieme al ministero dell'Interno ha realizzato una guida tascabile su diritti, cittadinanza, contratti di affitto, Inps, fisco, banche. È anche l'editore della testata Al Maghrebya. Souad, giornalista, vede andare in fumo i suoi sacrifici: "La versione cartacea ha resistito fino a marzo, poi ha perso la pubblicità. Rimane attivo il sito web, non so fino a quando". L'emergenza più grande, insiste, sono le donne violentate dai mariti: "È un problema culturale. Per il marito è normale trattare male la moglie e per lei è normale subire. Fanno le casalinghe, curano i bambini, basta. I matrimoni spesso sono forzati. L'uomo arriva qui per lavoro, torna in Africa per le vacanze estive e deve trovare a tutti i costi una madre per i suoi figli, non ha tempo di innamorarsi. Alcune sono state uccise - Souad ci mostra le foto sul muro - noi ci costituiamo parte civile in tribunale. Diamo un rifugio a quelle che denunciano e le aiutiamo a rifarsi una vita. È dura, le risorse sono poche ma non ci arrendiamo".

Schive, disoccupate, passano la maggior parte del tempo chiuse in casa. Le donne indiane si concentrano in pianura padana, tra Cremona, Mantova, Modena e Reggio Emilia. Qui i mariti mungono le mucche e fanno il Parmigiano reggiano. Anita Virk, di Mumbai, è mediatrice culturale a Castellucchio, nel mantovano: "Non ci sono organizzazioni per le nostre donne, parlano male l'italiano, con la scusa dei figli piccoli non seguono i corsi, escono solo se accompagnate da un uomo, arrivano dalle campagne dove c'è poca libertà. Nei consultori della asl possono rivolgersi a noi mediatori". Punam Saini, 28 anni, nel 1999 lascia il Punjab per Soliera, in provincia di Modena, dopo le scuole medie inizia a lavorare per mantenersi e ad agosto 2014 apre l'unica associazione dedicata alle donne del suo Paese. "Per adesso", avvisa, "abbiamo organizzato un corso di italiano e partecipato alla festa delle donne del Comune". Il tempio, ricavato da stanze private, è il luogo di aggregazione per eccellenza. "Ci andiamo una volta alla settimana e mangiamo tutti insieme". La tv italiana la seguono poco. "Abbiamo

il satellitare, anche io guardo Bollywood”. Negli ultimi due anni chi ha messo via un po’ di soldi qua fa le valigie per il Regno Unito, Germania, Canada. “Là le donne possono parlare in inglese e hanno più chance di trovare un lavoro”.

Le cinesi sanno il fatto loro. Sono stacanoviste, soprattutto le single. Non chiedono aiuto, si arrangiano tra di loro. Le emigrate di prima generazione sono più isolate, per quelle nate qui l’Italia è casa loro. “Navigano su internet e usano Wechat per comunicare tra di loro, in tempo reale sanno cosa accade nella comunità di Prato, Bologna, Genova, Torino”: Hu Feng Mey fa parte di Associna, l’associazione delle seconde generazioni. “Curiamo l’influenza con i metodi tradizionali. Tutte sanno come funziona l’ospedale, ricevono l’avviso del pap test e dello screening”.

Molte nate qui oggi sono donne di successo. Avvocati, ingegneri, medici, manager. A Roma Lucia Hui King è portavoce della comunità cinese in Italia (73 associazioni in tutto) e presidente della Fondazione Soong Ching rivolta alle donne imprenditrici, soprattutto giovani. Ha una volontà di ferro e va dritto al sodo: “Lavoriamo più degli uomini, siamo più integrate, solidali tra di noi, una volta alla settimana beviamo il tè insieme, ci dedichiamo alla calligrafia, pittura, doniamo il sangue e facciamo beneficenza. Il 9 giugno a Expo ci esibiremo in una danza tradizionale, saremo in 500. Nel mio piccolo so di avere fatto una piccola rivoluzione”.

Fonte:

[http://d.repubblica.it/attualita/2015/07/21/news/donne\\_immigrate\\_lavoro\\_storie-2692719/](http://d.repubblica.it/attualita/2015/07/21/news/donne_immigrate_lavoro_storie-2692719/) - 21.07.2015

## **Donne nigeriane, sventato il rischio del rimpatrio e la consegna nelle mani dei trafficanti**

*Grazie all'intervento di avvocati, attivisti e operatori sociali che si è evitato un rimpatrio collettivo, probabilmente già programmato dalle autorità italiane in accordo con l'ambasciata della Nigeria e con Frontex. L'operazione denunciata a Repubblica dall'Associazione A Buon Diritto e dalla cooperativa sociale Be Free*

*Giacomo Zandonini*

"Papa Francesco ha detto che respingere i migranti è un atto di guerra, per parafrasarlo direi allora che queste donne sono prigioniere di guerra". Commenta così Luigi Manconi, presidente della Commissione Diritti Umani del Senato, la vicenda di 68 giovanissime nigeriane, sbarcate a Lampedusa e trasferite in pochi giorni, due settimane fa, al Centro di Identificazione e Espulsione di Ponte Galeria, nella periferia di Roma. Si tratta di ragazze sole, appena maggiorenni e provate da viaggi estenuanti, il cui destino rischiava di cambiare improvvisamente direzione, riportandole nel paese da cui erano fuggite.

### *Avvocati e attivisti in soccorso*

E' grazie all'intervento di avvocati, attivisti e operatori sociali che si è evitato un rimpatrio collettivo, probabilmente già programmato dalle autorità italiane in accordo con l'ambasciata della Nigeria. Un volo coordinato dall'agenzia Frontex, che le avrebbe riconsegnate nelle mani di aguzzini o portate comunque in situazioni di grande rischio. L'operazione è stata denunciata a Repubblica dall'Associazione A Buon Diritto e dalla cooperativa sociale Be Free, che a Ponte Galeria svolgono attività di consulenza e informazione.

### *Un segnale preoccupante*

"Cose del genere - spiegano da Be Free - non si vedevano dal 2009-2010, all'epoca dei famosi respingimenti in mare per cui l'Italia è stata poi condannata dalla Corte Europea per i Diritti dell'Uomo". Anche allora, sottolineano però, "a Ponte Galeria non arrivavano più di venti donne alla volta". Un segnale preoccupante che, secondo Gabriella Guido della campagna LasciateCIEntrare, reduce da una visita lampo nel centro, "conferma come i Cie siano luoghi di negazione continua del diritto".

### *Tre mesi di inferno*

Le donne hanno raccontato di essere partite tre mesi fa dalla Nigeria e di aver viaggiato fino alla Libia, dove molte avrebbero subito violenze, sarebbero state rapite, incarcerate e costrette a lavori forzati. Una di loro, a quanto riportato dall'operatrice di Be Free Francesca De Masi, dice di essere stata accompagnata da una signora dalla Nigeria a Tripoli, per poi essere consegnata a un uomo che l'ha stuprata, segregata in casa e costretta a prostituirsi. Uno sfruttamento senza sosta, terminato solo con la partenza via mare. "Tutte - spiega però De Masi - dicono di non aver pagato niente per il viaggio fino alla Libia né per



imbarcarsi verso l'Italia, segnale chiaro che c'è un'organizzazione criminale che tiene le fila di tutto e che aspetta le donne per sfruttarle in Italia o in altri paesi europei". Gran parte delle giovani sono arrivate a Lampedusa il 17 luglio e portate subito nel Centro di primo soccorso e accoglienza, mentre una decina è sbarcata sull'isola il 22 luglio. E' a quel punto che sono state trasferite in aereo a Roma e chiuse nel Cie.

#### *Persone senza tutela*

"Ho capito subito - spiega l'avvocato Jacopo Di Giovanni, che rappresenta 15 delle 68 donne - che un addetto del consolato della Nigeria aveva incontrato le ragazze poche ore dopo l'arrivo al Centro, dando il via libera al rimpatrio". L'operazione è stata sventata all'ultimo minuto, spiegando alle giovani che avrebbero potuto chiedere asilo, un'opzione poi scelta da tutte. "Formalizzare la richiesta d'asilo è stato però molto lungo - spiega Di Giovanni - e ad oggi solo un terzo delle mie clienti ha ottenuto i primi documenti". A preoccupare l'avvocato è anche un decreto di espulsione "emesso ma mai consegnato alle interessate, tanto che non so dove depositare il ricorso contro il provvedimento".

#### *Un rischio automatico*

Un segnale ulteriore della mancanza d'attenzione verso donne destinate, nella gran parte dei casi, a rovinarsi la giovinezza sui marciapiedi d'Europa. "Per le ragazze nigeriane il rischio di sfruttamento è quasi automatico, e se rimpatriate possono essere facilmente rintracciate dai trafficanti e subire nuove violenze, possibile dunque - si chiede Francesca De Masi - che le istituzioni non abbiano pensato di proteggerle?".

#### *Tanti "copioni" simili*

Trafficanti o scafisti? L'esperienza delle donne destinate al mercato del sesso segue copioni tragicamente simili: ricattate fisicamente e psicologicamente dai trafficanti, di cui spesso non conoscono la vera identità, vengono fatte viaggiare gratis dall'Africa all'Europa e, una volta arrivate, gli si dice che hanno un debito di diverse decine di migliaia di euro. Per rimborsarlo, dovranno prostituirsi per anni.

"Il paradosso delle Procure siciliane". "La legge anti-tratta italiana prevede una protezione delle vittime, tramite il disposto dell'articolo 18 - spiega Francesca De Masi - ma oggi assistiamo a un paradosso: le procure siciliane assegnano la

protezione a chi denuncia gli scafisti, mentre le vittime della tratta, come queste donne, rischiano di tornare nelle mani dei trafficanti". Uno stravolgimento della norma, che finirebbe per assimilare "la tratta, che è un reato contro la persona, da accostare alla riduzione in schiavitù, al traffico di persone, reato contro lo stato, finalizzato non a sfruttare ma a traghettare i migranti da una sponda all'altra".

Il campanello d'allarme nei dati. Anche i dati fanno suonare un campanello d'allarme: nel 2015 si è infatti triplicato, secondo l'Organizzazione Internazionale delle Migrazioni, il numero di nigeriane arrivate via mare rispetto allo stesso periodo del 2014. "I trafficanti - sostiene però De Masi - non stanno sulle barche, ma in Nigeria, Libia e Europa e l'unico modo per colpirli è proteggere le vittime e portarle a collaborare con la giustizia". Non, di certo, rimpatriarle in tempi rapidissimi.

#### *Profughi nei Cie*

Le prime donne saranno ascoltate dalla Commissione per l'Asilo dopo Ferragosto, ma per la coordinatrice di LasciateCIEntrare Gabriella Guido, "la situazione di paura in cui vivono, dentro una struttura completamente inadeguata e senza un sostegno legale e sociale, rischia di rendere inefficace anche la richiesta d'asilo". Riaprendo definitivamente l'ipotesi del rimpatrio e la riconsegna delle ragazze nelle mani di sfruttatori senza scrupoli. Una preoccupazione condivisa dal senatore Manconi, che ha parlato a Repubblica di "una tragedia irreparabile, in cui queste donne sono due volte vittime: dei trafficanti e del sistema detentivo dei Cie, mentre avrebbero bisogno di un trattamento completamente diverso".

#### *Ai Cie associata l'idea di pericolosità sociale*

A sconcertare Manconi è poi, in generale, "l'intenzione ormai chiara del governo di usare i Cie per i profughi, ampliando in qualche modo l'idea di una pericolosità sociale di queste persone". E mettendo in un angolo la speranza che i Centri di Identificazione e Espulsione, "luoghi di detenzione, fuori dalla legge e dal tempo, fossero definitivamente chiusi". Una strada già intrapresa dalla prefettura di Trapani, che intende trasformare il Cie della provincia, uno dei cinque in Italia, in "hotspot" per migranti appena sbarcati, raddoppiandone la capienza.

Fonte:

[http://www.repubblica.it/solidarieta/immigrazione/2015/08/08/news/donne\\_nigeriane-120661098/](http://www.repubblica.it/solidarieta/immigrazione/2015/08/08/news/donne_nigeriane-120661098/) - 08.08.2015

## **Se non si aiutano le donne che lavorano in agricoltura, non ci sarà sviluppo dei paesi poveri**

*E' femminile il 43% della forza lavoro nell'agricoltura, dal 20% in America Latina al 50% dell'Asia orientale e dell'Africa sub-sahariana. Fino ad arrivare a picchi del 60-80% di ore di lavoro agricolo femminile (solo per quanto riguarda la coltivazione) in alcune nazioni africane*

*Federica Ciavoni*

Definire la donna come “angelo del focolare” nei paesi in via di sviluppo non ha decisamente senso. Stando ai dati FAO, la popolazione femminile costituisce, in media, il 43% della forza lavoro nell'agricoltura, del 20% in America Latina, 50% in Asia orientale e Africa sub-sahariana. Fino ad arrivare a picchi del 60-80% di ore di lavoro agricolo femminile (solo per quanto riguarda la coltivazione) in alcune nazioni africane. Il ruolo delle donne, che portano sulle proprie spalle il peso dell'economia di intere comunità, differisce da regione a regione e per il tipo di coltivazione, così come i potenziali miglioramenti dipendono da quanta produzione e porzione di terra hanno sotto il loro controllo, oltre che da quanto le culture locali impongono divari di genere.

Ciò che hanno in comune le donne delle aree rurali è la difficoltà ad accedere alle risorse produttive, ai mercati e ai servizi. Questo “gap” di genere ostacola la loro produttività e riduce i loro contributi al settore agricolo e al raggiungimento di obiettivi di sviluppo economico e sociale di più ampio respiro. Il divario ricade, dunque, non solo sulle donne stesse, custodi della biodiversità tradizionale delle terre, ma anche sui costi dell'agricoltura, e ridurlo significherebbe incrementare i rendimenti delle loro aziende agricole del 20-30%, grazie al contributo delle donne. Il dato è interessante perché ci dice che aumenterebbe la produzione agricola generale dei paesi poveri del 2.5-4%, e, a sua volta, diminuirebbe il numero di persone denutrite nel mondo del 12-17 %.

Secondo un rapporto della FAO di quest'anno, ci sono oggi ancora circa 795 milioni di persone in stato di malnutrizione sul nostro pianeta, di cui il 75% vive nelle aree rurali. “E' come se ogni giorno avessimo 300mila nuove bocche da sfamare”, ha detto Fernanda Guerrieri, un'alta dirigente della FAO, nel corso di un seminario che c'è stato al MAXXI di Roma qualche giorno fa. “In molti paesi del mondo – ha aggiunto - le donne vivono ancora in condizioni assai svantaggiate, ma sono quelle che fanno andare avanti la vita della propria comunità e delle generazioni future. Quando le donne scoprono i miglioramenti apportati dai

progetti di nutrizione per i bambini, poi non tornano più indietro. Per questo si è rivelato vantaggioso, sebbene non facile, investire sull'affidabilità delle donne, che ha una ricaduta positiva su tutta la comunità”.

Al seminario del MAXXI, in occasione della Giornata Mondiale dell'Alimentazione del 16 ottobre, si è parlato di donne e di giovani come motori del processo di sviluppo per spezzare il ciclo della povertà rurale, evitare l'evasione scolastica dei bambini costretti a lavorare nell'agricoltura, aumentare la produzione e diminuire la malnutrizione e il lavoro informale.

E' stato sottolineato più volte quanto la nuova agenda 2030 dell'ONU per lo sviluppo sostenibile abbia allargato i gruppi sociali coinvolti nella lotta alla povertà, ampliando i prossimi obiettivi, più ambiziosi, partendo dai bisogni. Occorre inoltre lavorare per creare quasi dal nulla un contesto giuridico di protezione in cui i progetti possano andare avanti. Emma Bonino ha messo l'accento sulla progettualità delle donne, alle quali va riconosciuta la dignità dei diversi bisogni, in quanto attrici della società e non vittime bisognose di protezione.

Una fonte di sostentamento importante sono le rimesse che arrivano alle donne nei villaggi dagli uomini emigrati. La tecnologia dei mezzi di comunicazione facilita l'entrata in un sistema economico più largo, attraverso l'uso di nuovi strumenti, anche in piccole comunità isolate.

Per contenere l'inurbamento e la marginalizzazione sociale, è stato detto da più intervenuti, è necessario portare le opportunità anche nelle aree rurali, naturalmente più inclusive, rendere l'agricoltura organizzata e aiutare le persone ad autosostenersi. Per raggiungere questi obiettivi - è stata la conclusione - c'è bisogno di scelte politiche globali di sviluppo, che coinvolgano queste popolazioni.

Fonte:  
<http://www.lastampa.it/2015/10/17/scienza/ambiente/inchiesta/se-non-si-aiutano-le-donne-che-lavorano-in-agricoltura-non-ci-sar-sviluppo-dei-paesi-poveri-AcG2MG6quTMwJILs69gvdM/pagina.html> - 17.10.2015

## **L'UNHCR mette in guardia: Sempre più donne in fuga da America Centrale e Messico, nuova crisi di rifugiati all'orizzonte**

*Un tema complesso su cui i giochi strutturati spingono a riflettere, anche se alcune meccaniche basilari finiscono per mirare ai più bassi istinti*

*Marco Consoli*

In Messico ed America Centrale, sempre più donne sono in fuga dall'ondata di violenza, mortale ed incontrollata, in corso nei loro paesi d'origine ed operata da gang criminali. L'Alto Commissariato delle Nazioni Unite per i Rifugiati, (UNHCR) ha dichiarato che questa situazione sta provocando una nuova crisi rifugiati nelle Americhe e che richiede un'azione urgente e concertata da parte degli Stati della regione.

"La violenza perpetrata da gruppi criminali organizzati transnazionali in El Salvador, Guatemala, Honduras e in alcune parti del Messico è diventata pervasiva", ha dichiarato l'Alto Commissario delle Nazioni Unite per i Rifugiati António Guterres a Washington, in occasione della pubblicazione del nuovo rapporto "Women on the run" sulla situazione in America Centrale.

"Le drammatiche crisi dei rifugiati in corso nel mondo non sono solo in Medio Oriente o Africa", ha dichiarato Guterres. "Stiamo assistendo allo sviluppo di un'altra crisi di rifugiati nelle Americhe. Questo rapporto mette in luce le difficoltà che devono affrontare le donne rifugiate e invita ad agire a livello regionale per rispondere ad una crisi di rifugiati ormai imminente".

L'Alto Commissariato delle Nazioni Unite per i Rifugiati (UNHCR) chiede espressamente a tutti i paesi del Centro e del Nord America di:

- Prendere coscienza dell'aumento del numero di rifugiati nella regione
- Stabilire adeguate capacità alle frontiere per garantire l'identificazione delle persone bisognose di protezione internazionale;
- Muoversi rapidamente verso un approccio regionale e coordinato a questo problema, per migliorare l'accesso alla protezione e le soluzioni a disposizione dei rifugiati, oltre che per affrontare alla radice le cause delle migrazioni forzate.

Il rapporto "Women on the Run" è fondato su interviste rivolte a 160 donne recentemente costrette a fuggire dalla crescente violenza in corso nelle loro comunità in El Salvador, Guatemala e Honduras, chiamati il "Triangolo Nord dell'America Centrale" (NTCA), e da parti del Messico.

In questo rapporto viene descritto in dettaglio il modo in cui gruppi armati criminali terrorizzano le popolazioni per stabilire il controllo su vaste aree di questi paesi e in particolare, come le donne siano oggetto di forme specifiche ed estreme di violenza di genere.

"Qui una donna non conta nulla, può colpirti di tutto", ha spiegato Lana, una delle donne intervistate per il rapporto. "È come se la tua vita non avesse valore. Ti violentano. Non c'è alcun limite. Non c'è nessuna autorità. Non c'è nessuno a fermarli".

Anche se i governi della regione si sono impegnati ad affrontare le cause profonde di questa violenza, le persone continuano a fuggire. La regione ha uno dei tassi di omicidi più alti del mondo, soprattutto di donne.

Alcune donne fuggono verso gli Stati Uniti, mentre molte altre si dirigono verso gli Stati confinanti in America Centrale e Messico, dove le domande di asilo da parte di persone in fuga dai tre paesi NTCA e da parti del Messico sono salite fino a diventare 13 volte più numerose di quelle registrate nel 2008.

Secondo le statistiche del governo degli Stati Uniti, l'82 per cento delle 16.077 donne provenienti da questi paesi e intervistate dalle autorità nel corso dell'ultimo anno hanno espresso in maniera credibile il loro timore di persecuzione o tortura e sono state autorizzate a procedere con la richiesta d'asilo negli Stati Uniti.

Fonte: <http://www.unhcr.it/news/lunhcr-mette-in-guardia-sempre-piu-donne-in-fuga-da-america-centrale-e-messico-nuova-cri-si-di-rifugiati-allorizzonte> - 29.10.2015

## **Immigrazione in Italia. Il posto delle donne**

*Qual è il posto delle donne immigrate in Italia? Rispondono i dati del Dossier statistico immigrazione 2015, appena diffuso*

*Ginevra Demaio*

Da 25 anni il Dossier statistico immigrazione racconta l'immigrazione in Italia attraverso l'analisi dei principali archivi statistici nazionali. Andiamo a vedere qual è l'immagine dell'immigrazione e dell'Italia che ci restituisce l'edizione 2015 e il posto che occupano le donne immigrate in questo quadro[1].

Nel 2014 in Italia immigrazione ed emigrazione continuano ad essere due dimensioni assolutamente attuali e descrivono un paese che, non diversamente da quanto accade a livello mondiale, è attraversato tanto da una mobilità in ingresso quanto da una mobilità in uscita. Non siamo, dunque, un'eccezione, né in Europa né nel mondo, ma più semplicemente siamo pienamente e inevitabilmente immersi in un'epoca di grandi stravolgimenti geo-politici ed economici e di grandi movimenti di persone. Gli stranieri registrati dall'Istat come residenti in Italia al 1° gennaio 2015 sono 5 milioni e 14mila e in un anno risultano cresciuti di 92mila unità (anche se nel dossier si stima che la popolazione straniera e regolare complessiva, inclusa quella ancora non residente, sia di 5.421.000 persone). Parallelamente, gli italiani iscritti nell'anagrafe dei residenti all'estero (Aire) sono 4 milioni e 600mila, in un anno sono cresciuti di 155.000 unità e sono stimati dai Consolati in 5 milioni. Sia gli uni che gli altri alimentano il numero di migranti nel mondo (240 milioni la stima per il 2014) e ci dicono che la mobilità (di persone, merci, denaro) è la cifra della nostra epoca. La sfida non è evidentemente fermare le migrazioni (ambizione tanto grottesca quanto inattuabile), ma garantire la libertà di scelta delle persone e tutelare la sicurezza di chi vive in paesi in cui imperversano guerre e persecuzioni, di chi decide di partire da questi o altri paesi, di chi arriva e di chi vive in Italia ormai da anni.

Non c'è stato un boom di nuova immigrazione, come lascerebbero intendere la drammaticità degli arrivi non regolamentati via mare e, soprattutto, la comunicazione mass-mediatica. La popolazione straniera residente è aumentata in misura molto contenuta (+1,9% in un anno) e incide sulla popolazione totale per l'8,2% (lo scorso anno incideva l'8,1%). A determinare un simile andamento è stata, da una parte, la fase che l'Italia attraversa, soprattutto dal punto di vista economico (anche nel 2014 non sono state emanate quote di ingresso dall'estero); ma ancor più l'evoluzione e la mutazione di status giuridico che la popolazione immigrata in Italia sta conoscendo. Solo nel 2014

sono stati 130mila gli stranieri che hanno acquisito la cittadinanza italiana (l'anno scorso erano stati più di 100mila), avendone maturato i requisiti, soprattutto di residenza, e andando così ad incrementare l'anagrafe dei residenti italiani. Per lo più si tratta di adulti naturalizzati (che hanno raggiunto o superato i 10 anni di residenza regolare e continuativa richiesti per legge) o di minori nati in Italia che, al compimento della maggiore età, hanno chiesto e ottenuto la cittadinanza del nostro paese.

Si fa sempre più netta la divaricazione dei bisogni, e conseguentemente delle politiche che andrebbero approntate, tra due grandi tipologie di immigrati: i migranti forzati che fuggono da paesi in cui persistono condizioni di grave pericolo per se stessi e i propri familiari, e gli immigrati stabili, tra i quali sempre più cospicua si fa la quota delle nuove generazioni (nate o cresciute in Italia) e dei nuovi italiani per naturalizzazione. Nel dossier si stima che, nel corso degli anni, si sia raggiunta la cifra di quasi 800mila persone per il primo gruppo, e di oltre 800mila per il secondo. I discorsi e gli interventi nei confronti di questi due soggetti non possono essere gli stessi e non vanno confusi. E però, a seguito dell'ampliarsi e dell'aggravarsi dei tanti scenari di guerra e di instabilità nel mondo, è sempre più difficile (se mai sia stato davvero possibile) distinguere, all'interno degli arrivi via mare o via terra, tra chi migra per cause economiche e chi in quanto vittima di persecuzioni o a rischio per la propria sicurezza. In assenza di canali regolamentari di ingresso per i migranti economici, infatti, sempre più persone si affidano ai circuiti della criminalità organizzata per raggiungere l'Europa e l'Italia, anche rischiando la vita.

Dedichiamo però le ultime riflessioni agli immigrati stabili: gli iscritti all'anagrafe (più di 5 milioni); i titolari di permesso di soggiorno (3,9 milioni, di cui quasi 6 su 10 con un permesso CE di lungo soggiorno, non soggetto a scadenza e rilasciato solo con una residenza previa di almeno 5 anni); gli immigrati che acquisiscono la cittadinanza italiana (cresciuti nel 2014 del 29%, in primis per aver raggiunto 10 anni di residenza e, in seconda istanza, per matrimonio); gli studenti con cittadinanza non italiana che frequentano le scuole (oltre 814mila nel 2014/2015, cresciuti dell'1,4% ma, nel caso di quelli di seconda generazione, dell'8,4%).

*E il posto delle donne?*



Le donne sono circa la metà degli immigrati che vivono in Italia e il loro peso maggiore si rileva proprio tra quelli più stabili: sono il 52,7% tra i residenti stranieri, il 50,1% tra i titolari di un permesso CE di lungo soggiorno, il 48,9% tra tutti gli stranieri non comunitari soggiornanti (sia con permesso a scadenza che con permesso di durata illimitata).

E però, continua, ed anzi con la crisi si aggrava, la loro esclusione dal mercato del lavoro regolare e il parallelo “destino” di confinamento nell’ambito della casa: propria o altrui. Le donne immigrate, infatti, risultano più esposte al lavoro sommerso, anche solo per il fatto di essere principalmente richieste in lavori tradizionalmente femminili (la cura di bambini, anziani, malati, ma anche della casa). Lavori che in Italia, risolvendosi quasi sempre in un rapporto a due tra la lavoratrice e la singola famiglia che necessita di assistenza, facilmente si traducono in posizioni lavorative a nero o solo in parte dichiarate. Non è un caso che le collettività non comunitarie a più alta presenza femminile siano quelle ucraina, moldava, filippina, peruviana ed ecuadoriana, tutte fortemente concentrate nei servizi privati di cura e di assistenza (domestica e/o familiare).

I dati dicono che, tra gli stranieri, l’incidenza femminile scende al 46% nel mercato del lavoro dipendente e si ferma al 22,8% tra i responsabili di imprese individuali; quasi la metà delle donne straniere (46,5%) è impiegata nei servizi domestici o di cura alle famiglie e, più in generale, nei servizi domestici l’incidenza degli stranieri sugli occupati (che in media è del 10,3%) raggiunge il 75,0%. Uno degli effetti di questa marginalizzazione lavorativa e sociale è il divario retributivo: se gli stranieri guadagnano mediamente il 28,5% in meno degli italiani, il gap retributivo delle donne straniere è del 32,4% rispetto alle italiane e del 27,8% rispetto ai

maschi stranieri, nei confronti dei quali sono però più istruite.

Quale allora il quadro del paese? Verrebbe da dire che gli immigrati si siano dovuti adeguare ai mali storici dell’Italia. E così, in un paese notoriamente afflitto da lavoro sommerso, evasione, disparità di genere, differenze tra il Nord e il Sud, il rischio è che i suddetti mali, piuttosto che ridursi, si estendano a nuove quote di popolazione, a cascata, in una scala gerarchica in cui, se hai la sfortuna di essere donna e pure immigrata, quasi certamente ti troverai molto in basso.

A lungo si è parlato di processi di femminilizzazione per descrivere l’estensione all’intera società di caratteristiche tradizionalmente attribuite al genere femminile. E quasi sempre questo processo si è tradotto in un abbassamento generalizzato della qualità del lavoro e della vita. Non vorremmo che, complice la crisi, si stia passando a una “migrantizzazione” del lavoro e della società, e che il tanto declamato dovere di integrarsi rivolto agli immigrati, unito al monito di sapersi sacrificare e accontentare rivolto ai lavoratori e ai giovani nazionali, si traducano troppo banalmente in una riduzione di diritti per tutti.

#### NOTE

[1] Il “Dossier statistico immigrazione 2015” è stato realizzato e pubblicato dal Centro Studi e Ricerche IDOS, curatore del volume a partire dal 2004, insieme alla rivista *Confronti* e grazie al sostegno dell’Otto per Mille della Chiesa Valdese. Per il terzo anno, infine, ha collaborato al progetto l’Unar, l’Ufficio Nazionale Antidiscriminazioni Razziali della Presidenza del Consiglio dei Ministri – Dipartimento per le Pari Opportunità.

Fonte: <http://www.ingenero.it/articoli/immigrazione-italia-posto-delle-donne> - 05.11.2015

## Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA!
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A “Globalização da indiferença” e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
93. As MULHERES no contexto das políticas migratórias
94. As RELIGIÕES a serviço da dignidade dos migrantes
95. TRÁFICO DE PESSOAS: O ser humano está à venda?
96. Por uma compreensão mais ampla das MIGRAÇÕES FORÇADAS
97. MULHERES MIGRANTES: entre fronteiras físicas e sociais.
98. Migrações, RELIGIÕES e violência
99. TRÁFICO DE PESSOAS e políticas migratórias
100. MÍDIA e migrações: entre discursos e estereótipos
101. Dignidade humana e MULHERES MIGRANTES